

5. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

5.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*).

Entre os meios pelos quais se vale o Poder Público para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, está a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, a que se dará publicidade, nos termos do artigo 225, §1º, do inciso IV da Constituição Federal.

Com efeito, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana³.

O artigo 6º da PNMA estabelece que os órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que está estruturado da seguinte forma:

- ✓ Órgão Superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
- ✓ Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor, ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões

³Artigo 2º, *caput*, da Lei Federal nº 6.938/81.

compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

- ✓ Órgão Central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a Política Nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
- ✓ Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), para subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação;
- ✓ Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- ✓ Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Nos mesmos termos da Constituição Federal, de acordo com o disposto no §1º, do Artigo 6º, da PNMA, ao Estado compete a elaboração de normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os estabelecidos pelo CONAMA. Por força do §2º do mesmo artigo, os Municípios também poderão legislar em matéria ambiental de forma supletiva e complementar, respeitadas as normas e padrões estaduais e federais.

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

O Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, e estabelece, em seu artigo 17, parágrafo 1º, que o CONAMA fixará os critérios básicos que nortearão os estudos de impacto ambiental, abordando os seguintes itens:

"a) diagnóstico ambiental da área;

b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e

c) identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos".

Já o artigo 19 aduz que o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças no trâmite do procedimento de licenciamento:

"I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado;

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação."

Além disso, outros aspectos relacionados ao procedimento de licenciamento ambiental, estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, são regulamentados pela Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que, em seu artigo 1º, adota as seguintes definições:

"I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais

como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.”

Reiterando o disposto na Lei Federal nº 6.938/81, a Resolução CONAMA nº 237/97 dispõe que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis⁴.

A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) - (Artigo 3º, *caput*, da Resolução CONAMA nº 237/97).

A mesma resolução, em seu artigo 10º, determina que o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá as seguintes etapas:

"I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

⁴ Artigo 2º, *caput*, da Resolução CONAMA nº 237/97.

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade”.

Além disso, o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação (artigo 12º, *caput*).

Os prazos de validade de cada tipo de licença devem ser estabelecidos pelo órgão ambiental competente, sendo especificados no respectivo documento, com base nos aspectos elencados nos incisos do Artigo 18º da mesma Resolução, *in verbis*:

"I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a cinco anos;

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, dez anos”.

A renovação da Licença de Operação (LO) deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente⁵.

Por fim, cumpre analisar a Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que é referência em matéria de avaliação de impacto ambiental, por dispor sobre

⁵ Artigo 18, §4º, da Resolução CONAMA nº 237/97.

critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

A Referida Resolução, em seu artigo 1º, *caput*, define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetam (i) a saúde, segurança e o bem estar da população; (ii) atividades sociais e econômicas; (iii) a biota; (iv) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (v) a qualidade dos recursos ambientais.

O artigo 2º desta resolução determina que dependerá de elaboração de EIA/RIMA, a ser submetido à aprovação do órgão estadual competente, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

"I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento."

Insta ressaltar que, de acordo com o artigo 5º da Resolução CONAMA nº 01/86, o Estudo de Impacto Ambiental deverá obedecer às seguintes diretrizes gerais:

"I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade."

O presente Estudo de Impacto Ambiental do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) deve desenvolver, nos termos do artigo 6º da referida Resolução CONAMA, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

- ✓ Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, com a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando o meio físico, biótico e socioeconômico;

- ✓ Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longos prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais;
- ✓ Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas;
- ✓ Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos), indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

No que tange ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de acordo com o artigo 9º da Resolução CONAMA nº 01/86, este deve refletir as conclusões do EIA e ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, onde as informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, proporcionando o entendimento das vantagens e desvantagens do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083). Assim, o RIMA deve conter, no mínimo, o seguinte:

"I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral)⁶.”

O RIMA será acessível ao público, respeitado o sigilo industrial. Ademais, os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, devem receber cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação⁷.

5.1.1. Competência do Órgão Ambiental Licenciador

Nos termos da legislação vigente, o Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) está entre os empreendimentos que devem ser licenciados pelo órgão ambiental estadual, no caso, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB.

O artigo 10 da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81, determina que “*A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental*”.

O artigo 17 do Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, acrescenta que os estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, tratados acima,

⁶ Artigo 9º, caput, da Resolução CONAMA nº01/86.

⁷ Artigo 11, caput e §1º da Resolução CONAMA nº01/86.

dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Importa ressaltar, ainda, que a Resolução CONAMA nº 237/97, ao abordar a temática da competência para o licenciamento ambiental, estabeleceu em seu artigo 5º, que empreendimentos *"cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios"* devem ser licenciados pelo órgão estadual competente.

Por fim, destaca-se que o artigo 7º, da Resolução CONAMA nº 237/97, dispõe expressamente que os empreendimentos devem ser licenciados em apenas um único nível de competência, que no presente caso corresponde à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB⁸.

A Constituição Estadual Paulista também aborda o tema do licenciamento ambiental. Conforme disposto no artigo 192, parágrafo 1º, a outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, integrante de sistema unificado para esse efeito, será feita com observância aos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade com o planejamento e zoneamento ambientais.

A licença ambiental, renovável na forma da lei, para a execução e a exploração de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quando potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, de aprovação do EIA/RIMA⁹.

A Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, ao tratar da competência estadual para licenciamento ambiental, determina que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes,

⁸ Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos (IE), Divisão de Avaliação de Transportes (IET), Setor de Avaliação de Projetos de Transportes Rodoviários (IETR)

⁹ Artigo 192, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo.

sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento, no órgão estadual competente, integrante do SEAQUA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis (artigo 19).

5.1.2. Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo

O procedimento de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo segue as diretrizes gerais das normas federais, já analisadas em capítulo anterior, além de obedecer a trâmites peculiares e dispositivos específicos estabelecidos pela legislação estadual.

A Constituição Estadual Paulista, em seu artigo 192, parágrafo 1º, determina que a outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, será feita com observância dos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade com o planejamento e zoneamento ambientais.

A licença ambiental será renovável na forma da lei, e será precedida, conforme critérios específicos da legislação, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório (artigo 192, parágrafo 2º).

Ainda, segundo a Constituição Estadual, o Poder Público criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, destacando-se os seguintes fins, previstos no artigo 193:

"I. Propor uma política estadual de proteção ao meio ambiente;

(...)

XI. controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o trabalho;

(...)

XX. controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes.”

Referido sistema de administração da qualidade ambiental será coordenado por órgão da administração direta, integrado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente e pelos órgãos executivos incumbidos da realização de atividades de desenvolvimento ambiental¹⁰.

O controle da poluição do meio ambiente no Estado de São Paulo foi regulamentado pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, que criou o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente.

A referida norma considera poluição do meio ambiente a presença, lançamento ou liberação, nas águas, ar ou solo, de qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade, em quantidade, de concentração ou com características em desacordo com o legalmente estabelecido ou que possam tornar as águas, o solo ou o ar:

I - impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II - inconvenientes ao bem estar público;

III - danosos aos materiais, à fauna e à flora;

V - prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade¹¹”.

A instalação, construção ou ampliação, bem como a operação ou funcionamento de fontes de poluição, dependerá de expedição de Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO), conforme o artigo 5º da mesma norma, que também dispõe, acerca de cada modalidade de licença ambiental, o que segue:

“§ 2º - A Licença Ambiental Prévia - LAP, será expedida na parte preliminar do planejamento de uma “fonte de poluição” conterà os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação e será por prazo determinado.

¹⁰ Artigo 193, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo.

¹¹ Artigo 2º da Lei Estadual nº 997/76.

§ 3º - A Licença Ambiental de Instalação - LAI autorizará o início da implantação de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado e será outorgada por prazo determinado.

§ 4º - A Licença Ambiental de Operação - LAO autorizará o início da atividade licenciada e, quando couber, o funcionamento dos equipamentos de controle ambiental exigidos, de acordo com o previsto nas licenças ambientais prévia e de instalação e será outorgada por prazo determinado, sem prejuízo da eventual declaração de desconformidade do empreendimento ou atividade, do ponto de vista ambiental, ocorrida posteriormente, ensejando a adoção, pelo empreendedor, de medidas corretivas a serem implantadas de acordo com programas fixados pela autoridade competente."

O Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, aprovou o Regulamento da Lei nº 997/76. Esse Regulamento considera, no artigo 4º, fontes de poluição todas as obras, atividades, instalações, empreendimentos, processos, dispositivos, moveis ou imóveis, ou meios de transporte que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ao meio ambiente.

A aplicação dos dispositivos da Lei Estadual em análise e seu Regulamento pertencem à antiga Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (hoje Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) – CETESB, órgão constituído por meio da Lei Estadual nº 118, de 29 de junho de 1973. Suas atribuições encontram-se dispostas no artigo 6º do Regulamento em análise, das quais se destaca o dever de autorizar a instalação, construção, ampliação, operação e funcionamento das fontes de poluição.

O planejamento de uma fonte de poluição dependerá de Licença Prévia, que deverá conter os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação do empreendimento¹². Quanto à Licença de Instalação, será obrigatória nos seguintes casos, previstos no artigo 58-A:

"I - a construção, a reconstrução, ampliação ou reforma de edificação destinada à instalação de fontes de poluição;

II - a instalação de uma fonte de poluição em edificação já construída.

¹² Artigo 58 do Regulamento do Decreto Estadual nº 8.468/76.

III - a instalação, a ampliação ou alteração de uma fonte de poluição.”

Tais licenças serão requeridas pelo interessado, que recolherá os valores estabelecidos e fornecerá a documentação necessária exigida pelo órgão ambiental, conforme determina o artigo 59 do Regulamento em estudo.

A Licença de Operação é obrigatória para os casos previstos no artigo 62 do Regulamento, quais sejam:

"I - a utilização de edificação nova ou modificada, destinada à instalação de uma fonte de poluição;

II - o funcionamento ou a operação de fonte de poluição em edificação já construída;

III - o funcionamento ou a operação de uma fonte de poluição instalada, ampliada ou alterada;

IV - os loteamentos, desmembramentos, condomínios e conjuntos habitacionais, antes de sua ocupação e os cemitérios.”

O Decreto Estadual nº 24.932, de 24 de março de 1986, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente e cria a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Segundo seu artigo 1º, os objetivos do Sistema Estadual do Meio Ambiente são os seguintes:

"I - promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;

II - coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente;

III - promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente;

IV - incentivar o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

V - estimular a realização de atividades educativas e a participação da comunidade no processo de preservação do meio ambiente.”

Referido Sistema é composto por todos os órgãos ou unidades integrantes da estrutura organizacional da Administração Centralizada e Descentralizada do Estado que sejam responsáveis por programas e projetos de defesa, preservação e melhoria do meio ambiente ou exerçam controle e fiscalização de atividades que degradem ou preservem a qualidade ambiental. Da mesma forma, fazem parte

desse sistema os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades ligadas à qualidade ambiental¹³.

A Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, instituiu a Política Estadual do Meio Ambiente – PEMA e constituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental – SEAQUA.

O objetivo do SEAQUA, conforme o artigo 6º da lei mencionada é organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional instituídas pelo Poder Público, garantida a participação da coletividade, para a execução da PEMA, visando à proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

Constituem o SEAQUA, segundo dispõe o artigo 7º, os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios instituídos pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, administração de recursos naturais e manutenção e recuperação da qualidade de vida. Sua estrutura segue o disposto nos incisos do artigo em análise, quais sejam:

"(...) II. Órgão Central: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, como órgão estadual, a Política Estadual do Meio Ambiente, bem como as diretrizes governamentais fixadas para a administração da qualidade ambiental;

III. Órgãos Executores: os instituídos pelo Poder Público Estadual com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão estadual, a política e diretrizes governamentais fixadas para a administração da qualidade ambiental;

IV. Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da administração estadual direta, indireta e fundacional, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental e de vida ou àqueles de disciplinamento de uso dos recursos ambientais e aqueles responsáveis por controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

¹³ Artigos 14 e 17 do Decreto Estadual nº 24.932/86.

V. Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nas suas respectivas áreas de atuação.”

À Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA são atribuídas as seguintes competências¹⁴, além de outras que lhe são legalmente conferidas:

"I. coordenar o processo de formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Estadual do Meio Ambiente;

II. efetuar análises das políticas públicas setoriais que tenham impacto no meio ambiente;

III. aprovar os planos, programas e orçamentos dos órgãos executores e coordenar a execução;

IV. articular e coordenar os planos e ações decorrentes da Política Estadual do Meio Ambiente com os órgãos setoriais e locais;

V. gerir as interfaces com os Estados limítrofes e com a União no que concerne a políticas, planos e ações ambientais;

VI. definir a política de informações para gestão ambiental e acompanhar a sua execução;

VII. prover o suporte da Secretaria Administrativa e das Câmaras Técnicas do CONSEMA.”

Quanto ao licenciamento ambiental, a Lei Estadual nº 9.509/97 estabelece que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, serão licenciados no órgão estadual competente, integrante do SEAQUA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis¹⁵.

Ressalvado o sigilo industrial, os pedidos de licenciamento, sua renovação e a concessão da licença serão publicadas, de forma resumida, no Diário Oficial do Estado e em periódico de grande circulação regional ou local, a expensas do interessado, conforme o parágrafo 4º do artigo 17.

O protocolo do procedimento de licenciamento ambiental junto ao órgão competente será instruído com o comprovante de recolhimento do Preço de

¹⁴ Artigo 13 da Lei Estadual nº 9.509/97.

¹⁵ Artigo 17 da Lei Estadual nº 9.509/97.

Análise, condição *sinequa non* para que a documentação seja avaliada pela administração pública¹⁶.

O Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002, que regulamentou dispositivos da Lei Estadual nº 9.509/97, repete o texto acerca das licenças ambientais a serem expedidas pelos órgãos ambientais competentes do Estado de São Paulo.

Não obstante, referido Decreto, em seu artigo 2º, prevê os seguintes prazos para cada modalidade de licença ambiental:

"I - licença prévia: no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

II - licença de instalação: no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III- licença de operação: deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 10 (dez) anos."

Qualquer órgão ou entidade da administração direta, indireta e fundacional, integrante ou não do SEAQUA, que deva emitir parecer ou exarar manifestação em procedimento de licenciamento ambiental, terá prazo de 60 (sessenta) dias para apresentá-los, contados da data da instrução dos autos com a documentação necessária¹⁷.

O artigo 9º do Decreto Estadual nº 47.400/02 dispõe que o órgão do SEAQUA competente para o licenciamento ambiental poderá estabelecer prazos diferenciados para cada modalidade de licença, desde que observado o prazo máximo de seis meses, contado da data do protocolo do requerimento até seu deferimento ou indeferimento.

¹⁶ Artigo 25 da Lei Estadual nº 9.509/97.

¹⁷ Artigo 8º do Decreto Estadual nº 47.400/02.

No caso de apresentação de EIA/RIMA, bem como em casos em que estiverem pendentes a realização de audiências públicas, referido prazo é estendido para 12 (doze) meses, conforme o parágrafo primeiro do mesmo artigo.

O preço de análise do requerimento será devido em todos os casos em que for pleiteada concessão de licença ambiental, em qualquer de suas modalidades, ou manifestação técnica¹⁸. O valor será fixado conforme as seguintes hipóteses (artigo 12):

"I - pelos órgãos central e executores da Secretaria do Meio Ambiente, em razão dos custos despendidos pelo órgão ambiental que deva se manifestar;

II - pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, nos termos da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 e sua regulamentação."

Posteriormente, por meio do Decreto Estadual nº 57.933, 2 de abril de 2012, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foi reorganizada, passando a atuar com o seguinte campo funcional, previsto em seu artigo 2º:

"I - como órgão seccional do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de que trata a Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e como órgão central do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, constituído pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997:

a) a coordenação do processo de formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Estadual do Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;

b) a análise e o acompanhamento das políticas públicas setoriais que tenham impacto no meio ambiente;

c) a elaboração de normas que regulem o licenciamento e a fiscalização ambiental no Estado de São Paulo, que deverão ser, obrigatoriamente, seguidas por todos os órgãos e entidades executores do SEAQUA, em especial pela CETESB - Companhia Ambiental

¹⁸ Artigo 11 do Decreto Estadual nº 47.400/02.

do Estado de São Paulo, bem como pelas unidades de policiamento ambiental, da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

d) a aprovação dos planos, programas e orçamentos dos órgãos e entidades executores da Política Estadual do Meio Ambiente e a coordenação de sua execução;

(...)

g) a fiscalização ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado;

A estrutura básica de funcionamento da Secretaria do Meio Ambiente foi elencada no artigo 3º, e passa a ser a seguinte:

I - Gabinete do Secretário;

II - Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;

III - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN;

IV - Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA;

V - Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA;

VI - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA;

VII - Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU;

VIII - Instituto de Botânica - IBt;

IX - Instituto Florestal - IF;

X - Instituto Geológico - IG.

§ 1º - A Secretaria conta, ainda, com:

1. as seguintes entidades vinculadas:

a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

b) Fundação Parque Zoológico de São Paulo;

c) CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;

2. os seguintes fundos vinculados:

a) Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 48.767, de 30 de junho de 2004, e por este decreto;

b) Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009.

Integram o Gabinete do Secretário a Chefia de Gabinete, a Assessoria Técnica e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, além de outros componentes arrolados nos incisos do artigo 4º do Decreto nº 57.933, de 2 de abril de 2012.

Ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA incumbe apreciar Estudos de Impacto Ambiental - EIA e seus respectivos Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA conforme inciso VI do artigo 12º do Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009. Referido Conselho compõe-se da seguinte forma, prevista no artigo 12:

"I - O Secretário do Meio Ambiente, que o presidirá;

II - 17 (dezessete) representantes de órgãos e entidades governamentais, sendo:

a) 1 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental-CPLA/SMA, que terá como suplente um representante da Coordenadoria de Educação Ambiental-CEA, da Secretaria do Meio Ambiente;

b) 1 (um) representante da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais-CBRN/SMA, que terá como suplente um representante da Coordenadoria de Recursos Hídricos CRHi, da Secretaria do Meio Ambiente;

c) 1 (um) representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento;

d) 1 (um) representante da Secretaria de Saneamento e Energia;

e) 1 (um) representante da Secretaria de Economia e Planejamento;

f) 1 (um) representante da Secretaria da Saúde;

g) 1 (um) representante da Secretaria da Habitação;

h) 1 (um) representante da Secretaria da Educação;

i) 1 (um) representante da Secretaria da Cultura;

j) 1 (um) representante da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania;

k) 1 (um) representante da Secretaria dos Transportes Metropolitanos;

l) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento;

m) 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria de Segurança Pública;

n) 1 (um) representante da Secretaria dos Transportes;

- o) 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;*
- p) 1 (um) representante da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;*
- q) 1 (um) representante do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR;*
- III - 18 (dezoito) representantes de entidades não governamentais, sendo:*
 - a) 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;*
 - b) 1 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA;*
 - c) 1 (um) representante da Associação Paulista de Municípios - APM;*
 - d) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São Paulo - OAB/SP;*
 - e) 1 (um) representante eleito pelos Sindicatos dos Trabalhadores do Estado de São Paulo;*
 - f) 1 (um) representante da Universidade de São Paulo - USP;*
 - g) 1 (um) representante da Universidade de Campinas - UNICAMP;*
 - h) 1 (um) representante da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;*
 - i) 1 (um) representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB;*
 - j) 1 (um) representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES;*
 - k) 1 (um) representante da Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo - PGJ;*
 - l) 1 (um) representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP;*
 - m) 6 (seis) representantes eleitos pelas entidades ambientalistas.*

Quanto à obrigatoriedade do EIA/RIMA, tratada na Resolução SMA nº 1, de 02 de janeiro de 1990, o responsável pela obra ou atividade deverá apresentar referidos estudos conforme termos e critérios estabelecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, observados, no que couber, os dispositivos das Resoluções emitidas pelo CONAMA.

O prazo para apresentação do EIA/RIMA junto à SMA será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da notificação dessa exigência, caso não recorrida a determinação do órgão ambiental ou concedida prorrogação do prazo pelo mesmo (artigo 5º da mesma Resolução).

Exigidas complementações do EIA/RIMA, o responsável terá 10 (dez) dias úteis para entregá-las à Secretaria do Meio Ambiente, sob pena de arquivamento do procedimento de licenciamento ambiental.

Conforme a Resolução SMA nº 32, de 06 de setembro de 2002, ficam dispensadas de manifestação da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, órgão responsável pela administração das Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Estado, os procedimentos de licenciamento de empreendimentos e atividades, de baixo impacto ambiental, quando localizados em APAs criadas por legislação estadual, regulamentadas ou não, desde que enquadradas nas seguintes situações:

"II. Atividades que envolvam a supressão de vegetação nativa nos estágios pioneiros e iniciais de desenvolvimento e o corte de árvores nativas isoladas e intervenções em áreas de preservação permanente desprovidas de vegetação nativa;

III. Intervenções pontuais em áreas de preservação permanente desprovidas de vegetação nativa, em áreas urbanas consolidadas".

Os procedimentos de análise dos estudos de impacto ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foram aprovados pela Resolução SMA nº 54, de 30 de novembro de 2004. Em seu artigo 5º a norma assevera que a concessão de licença prévia (LP) a atividades ou empreendimentos considerados como efetivamente causadores de significativa degradação do meio ambiente, que dependerá da aprovação de EIA/RIMA, se iniciará com a protocolização do Plano de Trabalho, ao qual se dará publicidade, acrescido das contribuições de eventual audiência pública.

Aprovado este estudo, a SMA emitirá Licença Prévia, fixará seu prazo de validade e indicará o órgão responsável pela emissão das licenças posteriores (artigo 8º).

O interessado, então, solicitará a Licença de Instalação, instruindo o requerimento com a comprovação do cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental, conforme artigo 9º. O mesmo procedimento é efetuado para a obtenção da Licença de Operação pelo interessado.

Já a renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do termo final do prazo de validade do documento, que ficará prorrogado até manifestação final do órgão competente¹⁹.

O procedimento de avaliação pelo órgão ambiental, seguido passo a passo, consta do anexo da norma em tela, e diz respeito ao procedimento interno a ser seguido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A Deliberação CONSEMA nº 33/04 reitera os termos ora mencionados, ao tratar do licenciamento ambiental na SMA.

A Resolução SMA nº 26, de 23 de agosto de 2005, determina, por sua vez, a obrigatoriedade de entrega, pelo empreendedor, de certidão de uso e ocupação do solo, a ser emitida, com relação ao empreendimento em análise, pela Prefeitura do Município atravessado empreendimento.

Complementando o acima disposto, a Resolução SMA nº 12, de 09 de março de 2009, que dispõe sobre as certidões municipais de uso e ocupação do solo e sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental no âmbito do SEAQUA, determina que os referidos documentos devem ser apresentados na fase de obtenção de Licença Prévia, sendo dispensados para a obtenção das Licenças de Instalação e Operação (artigo 2º).

5.1.3. Licenciamento Ambiental no Município de Campinas

As atividades de licenciamento ambiental abrangem órgãos nos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal.

Hoje no Estado de São Paulo, a CETESB é o órgão responsável pelo licenciamento estadual de atividades com impacto microrregional, quando ultrapassa os limites territoriais de um ou mais Municípios, como acontece com a obra desse estudo. O licenciamento federal é responsabilidade do IBAMA, das obras com impacto nacional, que afetam diretamente todo o país; e das obras com impacto regional,

¹⁹ Artigo 11 da Resolução SMA nº 54/04.

quando afetam total ou parcialmente, o território de dois ou mais Estados. E por fim, quando a obra oferece impacto apenas local, seu licenciamento é responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, órgão responsável pelas licenças municipais.

O Decreto nº 18.306 de 25 de março de 2014, regulamenta os procedimentos de licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de Impacto local pela secretaria municipal do verde, meio Ambiente e desenvolvimento sustentável de Campinas de que trata a lei complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013.

5.1.4. Audiência Pública e Participação Popular

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe no artigo 225, inciso IV, §1º, que, visando assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público está incumbido de exigir Estudo de Impacto Ambiental para instalação de obra potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, ao qual se dará publicidade.

A Resolução CONAMA nº 01/86, que dispõe acerca de critérios básicos e diretrizes gerais para elaboração do EIA e seu respectivo RIMA, estabelece que o Relatório de Impacto Ambiental deverá ser acessível ao público, bem como o órgão ambiental deverá promover realização de Audiência Pública para informar a população acerca do projeto, seus impactos ambientais e discussão do RIMA²⁰.

Nesse mesmo sentido, a Resolução CONAMA nº 237/97, que regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe no artigo 3º, *caput*, que a licença ambiental para empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente causadores de degradação do meio ambiente dependerá de EIA/RIMA, ao qual se dará publicidade, garantida a realização de Audiências Públicas.

²⁰ Artigo 11, §2º da Resolução CONAMA nº 01/86.

No âmbito federal, a Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987, regulamenta a realização das audiências públicas.

No âmbito estadual, a Constituição Paulistana dispõe em seu artigo 192 que a execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Mais ainda, a licença ambiental para a execução e a exploração destas atividades, quando potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório a que se dará prévia publicidade, garantida a realização de audiências públicas²¹.

Nesse sentido, o CONSEMA, por meio da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01, de 14 de setembro de 2011, dispôs acerca das normas para solicitação, convocação e realização de audiências públicas no âmbito do Estado. No artigo 1º dessa normativa, ficou definido que audiências públicas são reuniões que têm como objetivo informar a sociedade, dirimir dúvidas e conhecer a opinião pública, recolhendo críticas e sugestões a respeito, quanto a:

I - processos de licenciamento ambiental;

II - criação, alteração, ampliação e redução de unidades de conservação estaduais, excetuando-se as reservas particulares do patrimônio natural, estações ecológicas e reservas biológicas;

III - proposta de zoneamento ecológico-econômico;

IV - qualquer outra questão de interesse ambiental, desde que exigida a convocação de audiência pública pela respectiva legislação.

As Audiências Públicas serão realizadas nos processos de licenciamento ambiental, quando exigida a elaboração de EIA/RIMA²², o qual deverá encontrar-se em análise junto à SMA. Além disso, o CONSEMA poderá, a qualquer momento, mediante

²¹ §2º do artigo 192 da Constituição do Estado de São Paulo.

²² §§1º e 2º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

deliberação, determinar Audiências Públicas para analisar planos, programas e empreendimentos que prescindam de EIA/RIMA e que possam causar significativa degradação ambiental, independentemente do procedimento do licenciamento ambiental²³.

A publicidade sobre a convocação para a audiência pública deverá ser efetivada, imediatamente, pelo empreendedor, pelo órgão ou pela entidade responsável pelo plano, programa, projeto ou atividade a ser discutido, por meio de divulgação do edital de convocação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo e em outros veículos de comunicação locais ou regionais, em especial de radiodifusão, por pelo menos 3 (três) dias distintos anteriores à data de sua realização, observado o período mínimo de 15 (quinze) dias úteis²⁴.

Ademais, no período que corre entre a convocação e a realização da audiência pública, o estudo técnico em discussão deverá estar disponível no site do órgão ou da entidade responsável pela sua análise, para conhecimento público, assim como para que os interessados possam manifestar-se pela Internet ou por qualquer outro meio endereçado ao órgão ou entidade responsável por essa análise²⁵.

Ressalte-se que as Audiências Públicas serão realizadas sempre no município ou na área de influência em que o empreendimento, atividade, plano ou programa estiverem previstos para serem implantados, sendo que no caso de empreendimentos lineares (caso em análise), a audiência pública deverá ser realizada nos municípios onde os impactos ambientais forem mais significativos²⁶.

No que tange a composição das audiências públicas, serão integradas por uma mesa diretora, uma tribuna e um plenário, conforme disposto no artigo 6º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011:

I - a mesa diretora da audiência pública tem a seguinte composição:

a) Secretário-Executivo do CONSEMA ou seu representante;

²³ Artigo 3º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

²⁴ Artigo 9º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

²⁵ Artigo 10 da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

²⁶ §2º do artigo 13º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

b) representante do órgão ou entidade responsável pelo licenciamento ambiental, pela gestão de unidade de conservação, pelo zoneamento ecológico-econômico, ou pela análise de plano, programa, projeto ou atividade para os quais se exija a realização de audiência pública;

c) até dois membros do CONSEMA, escolhidos de comum acordo entre os conselheiros presentes à audiência pública.

II - a tribuna é o espaço físico destinado aos oradores devidamente inscritos e identificados para fazer uso da palavra;

III - o plenário é composto pelas pessoas presentes à audiência pública.

A audiência pública é presidida pelo Secretário-Executivo do CONSEMA ou seu representante²⁷, e organizada em 11 partes²⁸:

I – 1ª Parte - abertura no horário previsto no edital

II – 2ª Parte - exposições sobre o assunto em discussão

III – 3ª Parte - manifestação de um representante do Ministério Público

IV – 4ª parte - manifestação de representantes das entidades da sociedade civil

V – 5ª Parte - manifestação de pessoas físicas

VI – 6ª Parte - manifestação de representantes de órgãos ou entidades públicas

VII – 7ª Parte - manifestação dos membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente e dos membros dos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente da área de influência direta do empreendimento, do plano, do programa, do projeto ou da atividade

VIII – 8ª Parte - manifestação dos parlamentares

IX – 9ª Parte - manifestação dos representantes do poder executivo

X – 10ª Parte - respostas e comentários:

a) empreendedor ou responsável pelo plano, programa, projeto ou atividade em discussão, ou seu representante, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis pelo presidente da mesa;

²⁷§§1º do artigo 6º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

²⁸artigo 7º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

b) equipe responsável pela elaboração do estudo técnico, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis pelo presidente da mesa;

c) conselheiros do CONSEMA que estiverem compondo a mesa nos termos do artigo 6º, inciso I, alínea c, pelo prazo de até 10 (dez) minutos distribuído entre ambos.

XI – 11ª Parte - encerramento realizado pelo Secretário-Executivo do CONSEMA ou seu representante

Nos termos do artigo 16º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011 serão convidados para participar das Audiências Públicas:

I - os prefeitos e os vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento ou do assunto em exame;

II - os membros titulares e suplentes do CONSEMA;

III - as entidades ambientalistas cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente;

IV - os representantes do Ministério Público da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

V - os deputados estaduais e os deputados federais e senadores eleitos por São Paulo;

VI - o órgão, a entidade ou o representante do conjunto dos cidadãos que tiver solicitado a audiência pública.

Consoante ao disposto no artigo 17º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011, serão convocados pela Secretaria-Executiva do CONSEMA, para manifestação na audiência pública, o responsável pelo empreendimento, plano, programa ou atividade e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo técnico, assessorados por técnicos que contribuam para o completo esclarecimento da questão.

Relativo ao registro do evento, o artigo 22º da mesma Deliberação CONSEMA define que o empreendedor ou responsável pelo plano, programa, projeto ou atividade em discussão, providenciará o registro da audiência pública por meio de gravação digital de imagem e som, que será entregue à Secretaria-Executiva do

CONSEMA ao término da audiência pública, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de realização da audiência pública²⁹.

Já o registro de presença dos participantes será realizado pelo Núcleo de Apoio Operacional da Secretaria-Executiva do CONSEMA, em listas apropriadas, fazendo constar nome, órgão ou entidade que representa (quando couber), telefone, endereço de correio-eletrônico ou número de documento de identificação³⁰.

5.1.5. Compensação Ambiental

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral³¹.

Nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento³².

Cumprir-se atentar para a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378/04, julgada parcialmente procedente pelo Supremo Tribunal Federal, em 09 de abril de 2008, declarou inconstitucional tanto a vinculação da compensação ambiental aos custos para implantação do empreendimento, como estabelecimento de piso mínimo de 0,5% (meio por cento).

Neste sentido, o percentual devido para a compensação ambiental não mais incide sobre o valor total dos custos para implantação do empreendimento, e sim sobre

29 Parágrafo único do artigo 22º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

30 Artigo 23º da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

31 Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00.

32 Artigo 36, §1º da Lei Federal nº 9.985/00.

o grau de impacto do empreendimento sobre os meios bióticos, físicos e socioeconômicos da região, apurado de acordo com o estudo de impacto ambiental e seu relatório.

Com efeito, o CONAMA estabeleceu diretrizes aos órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental por meio da Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006.

De acordo com o artigo 2º dessa Resolução, a SMA deverá estabelecer o grau de impacto ambiental de determinado empreendimento, fundamentado em base técnica específica que possa avaliar os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais identificados no processo de licenciamento, de acordo com o EIA/RIMA.

Para estabelecimento do grau de impacto ambiental serão considerados somente os impactos ambientais causados aos recursos ambientais³³, excluindo-se os riscos da operação do empreendimento, não podendo haver redundância de critérios.

Para o cálculo da compensação ambiental, serão considerados os custos totais³⁴ previstos para implantação do empreendimento e metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo órgão ambiental competente (artigo 3º, *caput* da Resolução CONAMA nº 371/06).

O artigo 3º, §1º da Resolução CONAMA nº 371/06, estabelece que os investimentos destinados à melhoria da qualidade ambiental e à mitigação dos impactos causados pelo empreendimento, exigidos pela legislação ambiental, integrarão os seus custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

Já os investimentos destinados à elaboração e implementação dos planos, programas e ações, não exigidos pela legislação ambiental, mas estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para mitigação e melhoria da qualidade

³³Artigo 2º, inciso IV da Lei Federal nº 9.985/00, define "recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora";

³⁴ Com o advento da liminar parcial para a ADIN nº 3378/04, o cálculo da compensação ambiental é feito a partir do grau de impacto do empreendimento sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico.

ambiental, não integrarão os custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

Para efeito do cálculo da compensação ambiental, o empreendedor deve apresentar a previsão do custo total de implantação do empreendimento³⁵ antes da emissão da Licença de Instalação (LI)³⁶. O percentual estabelecido para a compensação ambiental deverá ser definido quando da emissão da Licença Prévia (LP), não sendo exigível o desembolso da compensação ambiental antes da emissão da LI³⁷.

Importa ressaltar que o valor da compensação ambiental fica fixado em 0,5%³⁸ (meio por cento) dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental.

Para regulamentar a compensação ambiental, o Decreto nº 6.848/09 altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340 de 2002. Ele apresenta uma metodologia de cálculo do grau de impacto ambiental e dispõe sobre o valor da compensação ambiental, que pode variar de 0 a 0,5% dos custos do empreendimento. Além das alterações aos artigos 31 e 32 do Decreto Nº 4.340/02, acrescentou os artigos 31-A e 31-B. No artigo 31-A estabeleceu que o Valor da Compensação Ambiental – CA, será calculado pelo produto do Valor de Referência – VR, com Grau de Impacto – GI, de acordo com a fórmula $CA = VR \times GI$.

O valor de VR é o somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais. Segundo

³⁵ Idem.

³⁶ Artigo 4º da Resolução CONAMA nº 371/06.

³⁷ Artigo 5º e §1º da Resolução CONAMA nº 371/06.

³⁸ Atentar para julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378 a qual declara inconstitucional percentagem estabelecida pelo §1º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em 09 de abril de 2008.

o § 2º do artigo 31-A, o EIA e respectivo RIMA, deverão conter as informações necessárias ao cálculo do GI.

Considerando-se a importância de uma seleção criteriosa e fundamentada para a destinação das compensações ambientais depositadas pelos empreendedores, o que de fato trará benefícios ambientais ao Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 10, de 02 de fevereiro de 2012 define que a destinação dos valores referentes à compensação ambiental percebida por meio de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA será deliberada pela Câmara de Compensação Ambiental no prazo máximo de 90 (noventa) dias depois de firmado o respectivo instrumento.

Recentemente, a Secretaria do Meio Ambiente foi reorganizada, nos termos do Decreto nº 57.933, de 2 de abril de 2012. A partir de então, integram a estrutura básica da SMA:³⁹

I - Gabinete do Secretário

II - Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA

III - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN

IV - Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA

V - Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA

VI - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA

VII - Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU

VIII - Instituto de Botânica - IBt

IX - Instituto Florestal - IF

X - Instituto Geológico - IG

³⁹ Artigo 3º do Decreto nº 57.933

A Câmara de Compensação integra o Gabinete do Secretário⁴⁰, e é coordenada pelo Secretário Adjunto⁴¹. Como órgão colegiado, à Câmara de Compensação Ambiental cabe:

*"proceder a análise e propor a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002."*⁴²

Por sua vez, a Resolução SMA nº 24, de 17 de abril de 2012, dispôs sobre o funcionamento da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente. Nos termos do Artigo 2º dessa resolução, cabe à Câmara de Compensação Ambiental:

I – receber e analisar as propostas de aplicação de recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA, conforme artigo 36 da Lei 9.985, de 2000.

II – compatibilizar a aplicação dos recursos mencionados no inciso I com as prioridades para a gestão das Unidades de Conservação localizadas no Estado de São Paulo;

III – indicar:

a) as Unidades de Conservação (existentes ou em criação) a serem beneficiadas com os recursos da compensação ambiental;

b) o montante e a destinação dos recursos;

c) prazos para a efetivação dos depósitos;

IV – aprovar o seu Regimento Interno.

O artigo 36, §3º da Lei do SNUC prevê que, quando o empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento somente poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a Unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação ambiental.

⁴⁰Artigo 4º do Decreto nº 57.933

⁴¹Artigo 70º do Decreto nº 57.933

⁴²Artigo 107º do Decreto nº 57.933

5.2. PLANO DIRETOR MUNICIPAL, ZONEAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A Constituição Federal determina em seu artigo 182, *caput*, que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes previstas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município, dispõe sobre as exigências fundamentais de ordenação da cidade, a serem cumpridas pelas propriedades urbanas em atendimento à função social (artigo 182, §1º e §2º da Constituição Federal).

O parcelamento do solo urbano encontra-se disciplinado pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que considera lote o terreno servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe⁴³.

O artigo 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.766/79 dispõe que a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

Insta mencionar que não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção⁴⁴.

⁴³ Artigo 2º, §4º, da Lei Federal nº 6.766/79, incluído pela Lei 9.785/99.

⁴⁴ Artigo 3º, parágrafo único Lei Federal nº 6.766/79.

A Lei de parcelamento do solo urbano estabelece que as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependem de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da aprovação da Prefeitura Municipal (artigo 53 da Lei Federal nº 6.766/79).

O artigo 53-A da mesma Lei Federal considera de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa de Prefeituras Municipais ou entidades autorizadas por Lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos.

A política urbana de que trata a Constituição Federal é regulamentada pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em que se encontram estabelecidas normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O artigo 2º do Estatuto da Cidade prevê que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais⁴⁵:

- ✓ *garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;*
- ✓ *cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;*
- ✓ *planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;*
- ✓ *integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;*

⁴⁵ Incisos I, III, IV, VII, VIII, IX, X, XII, XIII e XIV da Lei Federal nº 10.257/01.

- ✓ *adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;*
- ✓ *justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;*
- ✓ *adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;*
- ✓ *proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;*
- ✓ *audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;*
- ✓ *regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.*

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes anteriormente transcritas (artigo 39 da Lei Federal nº 10.257/01).

Importa mencionar que o Plano Diretor deve ser aprovado por Lei Municipal e consiste em instrumento básico da política de desenvolvimento, expansão urbana e planejamento municipal⁴⁶. O artigo 41 do Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

- ✓ *com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes;*

⁴⁶ Artigo 40, §1º, da Lei Federal nº 10.257/01.

- ✓ integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- ✓ integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- ✓ inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Outros instrumentos que visam gestão do território e desenvolvimento econômico-social são estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, a exemplo dos planos nacionais, regionais e estaduais, além do planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões⁴⁷.

Ademais, o Plano Diretor deve conter, no mínimo, a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, sistema de acompanhamento e controle, dentre outros instrumentos previstos no Estatuto da Cidade⁴⁸.

5.3. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – ZEE

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) prevê, como um de seus instrumentos de implementação, o zoneamento ambiental⁴⁹. O Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, regulamenta esse instrumento e estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

De acordo com o artigo 2º do Decreto Federal nº 4.297/02, o ZEE, instrumento de organização do território a ser seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

⁴⁷ Artigo 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 10.257/01.

⁴⁸ Artigo 42 da Lei Federal nº 10.257/01.

⁴⁹ Artigo 9º, inciso II da Lei Federal nº 6.938/81.

Nos termos do artigo 3º, *caput*, do referido Decreto Federal: *"O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas."*

O processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais (artigo 4º, inciso I do Decreto Federal nº 4.297/02).

No entanto, o Estado de São Paulo ainda encontra-se em processo de regulamentação e implementação deste instrumento de planejamento e ordenamento territorial, apesar de o Governo do Estado, com a Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, comprometer-se a definir os critérios em seis meses e implantar Zoneamento Ecológico-Econômico em até dois anos.

Nesse sentido, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, elaborou uma proposta de anteprojeto de Lei que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo que, enviada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado, tramita como Projeto de Lei nº 396/2012.

5.4. FAUNA E FLORA

A Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, dispõe que os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

A Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 3, de 27 de maio de 2003, reconheceu como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis), aquelas constantes da lista anexa à mencionada norma federal, sendo protegidas de modo integral, de acordo com o estabelecido na legislação vigente. Em 2004 foi emitida a Instrução Normativa MMA nº 05, reconhecendo a Lista Oficial das Espécies de

Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção e Sobreexplotados ou Ameaçados de sobreexplotados. E em 2005, a Instrução Normativa MMA nº 52 que altera os anexos I e II da Instrução Normativa MMA nº 05/2004.

No estado de São Paulo, a primeira lista das espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção foi publicada em fevereiro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 42.838.

Referida norma foi complementada pelo Decreto Estadual nº 53.494, de 2 de outubro de 2008, que declarou, em seus anexos, as espécies da fauna silvestre ameaçadas, quase ameaçadas, colapsadas, sobreexplotadas, ameaçadas de sobreexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo.

Considerando a necessidade de atualização desta lista periodicamente, o Decreto nº 56.031, de 20 de julho de 2010, declarou as espécies de fauna silvestres em extinção ou em vias de extinção, e indica as providências que devem ser tomadas. Os procedimentos para a atualização do Decreto nº 42.838, foram efetivados no âmbito do Projeto Ambiental Estratégico Fauna Silvestre e do Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo, sob coordenação da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, no período de abril a setembro de 2008, com a colaboração de especialistas, e, apresentou como resultado final a atualização das espécies ameaçadas de extinção em território paulista, baseados nos critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Atualizações pontuais na lista de fauna do Estado de São Paulo foram promovidas pela Resolução SMA Nº 20, de 16 de abril de 2012 (que dispõe sobre a aplicação de categorias de ameaça em relação a espécies da fauna ictiológica).

Na mesma data foi instituída a Comissão Científica e a Comissão Técnica para a atualização da “Lista das Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção do Estado de São Paulo”⁵⁰, com prazo estabelecido para a elaboração da atualização referente ao objeto desta Resolução, que será 31 de outubro de 2012⁵¹.

⁵⁰ Resolução SMA Nº 22, de 16 de abril de 2012.

⁵¹ Artigo 8º da Resolução SMA Nº 22, de 16 de abril de 2012.

Importante ressaltar que a Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007, estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos potencialmente causadores de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei Federal nº 6.938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 01/86 e nº 237/97.

As solicitações para concessão de autorização de captura, coleta ou transporte de fauna silvestre em áreas de empreendimento e atividades deverão ser formalizadas e protocoladas junto a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP/IBAMA), ou na Superintendência do estado onde se localizará o empreendimento, para avaliação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias⁵².

O artigo 3º da IN IBAMA nº 146/07, estabelece que deverão ser concedidas autorizações de captura, coleta e transporte de fauna silvestre específicas para cada uma das seguintes Etapas de Manejo: Levantamento de Fauna; Monitoramento de Fauna; e Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna.

No âmbito estadual, a Constituição Paulista incumbiu ao Estado a obrigação de criar, mediante lei, um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de⁵³:

"X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos".

⁵² Artigo 2º, caput, da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07. De acordo com o parágrafo único do artigo 2º, o pedido de renovação da autorização deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo da autorização anterior.

⁵³ Artigo 193 da Constituição Estadual de São Paulo.

Assim, a Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Resolução SMA nº 25, de 30 de março de 2010, estabelece critérios de gestão, definindo os diferentes tipos de fauna e outros conceitos correlatos e ainda indicando que quando houver necessidade de apanhar, capturar, apreender, manejar, manipular, retirar, coletar, extrair, translocar ou manter em cativeiro animais da fauna silvestre nativa, deverão ser expedidas as devidas autorizações pelo Centro de Fauna Silvestre - CFS.

Já a Resolução SMA nº 22, de 30 de março de 2010 dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental devido a necessidade de assegurar a correta implementação de obras decorrentes de licenças ambientais, que exigem supressão relevante de vegetação nativa, especialmente aquelas que promovem interferências no fluxo de fauna silvestre.

Em seu artigo 1º, esta Resolução indica que nos novos processos de licenciamento ambiental que exigem supressão de vegetação, deverá, como condicionantes da licença, exigir métodos adequados de operacionalização e execução da mesma.

Na mesma Resolução há a informação que as licenças ambientais que envolvam a supressão de vegetação deverão ser realizadas visando minimizar danos às nascentes, aos corpos d'água, à fauna, à flora e ao solo, impedindo a instalação de processos erosivos e de assoreamento e evitando a exposição do solo, e a recomposição vegetal como forma de compensação ambiental, deve ser feita em área de APP para proteger essas áreas.

Em seu Artigo 3º, está indicado que sempre que a supressão de vegetação nativa em estágio médio ou avançado for em área superior a 1,0 (um) hectare, deverá contemplar estratégia para minimizar o impacto sobre a fauna direta:

§ 1º - O direcionamento da supressão deverá ser realizado gradativamente, no sentido do fragmento remanescente, permitindo o deslocamento da fauna, realizado de forma modular com base em cronograma a ser apresentado pelo empreendedor.

§ 2º - O levantamento da fauna no fragmento remanescente deverá ocorrer em três momentos: 1º - 3 (três) meses antes da supressão; 2º - 48 (quarenta e oito) horas após a supressão e, 3º- 6 (seis) meses após a supressão, verificando se as espécies deslocadas se estabeleceram nos novos territórios.

§ 3º - Caso haja implantação de sistema viário deverão ser propostas passagens de animais silvestres visando manter a conexão entre os fragmentos, evitando assim uma barreira intransponível para a fauna.

Vale ainda ressaltar que caso se constate espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, deverá ser proposta sua remoção e transplante ou translocação, garantindo-se condições adequadas para a boa conservação das mesmas como expõe o artigo 4º da mesma resolução.

Com relação à flora, Instrução Normativa do MMA nº 06, de 23 de setembro de 2008, traz Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, a qual reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção e com deficiência de dados. Revoga-se a Portaria Normativa IBAMA nº 37-N, de 3 de abril de 1992.

No mesmo sentido, a Resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo nº 48, de 21 de setembro de 2004, publicou a lista oficial das espécies da flora do Estado ameaçadas de extinção, seguindo recomendações do Instituto de Botânica de São Paulo.

A Lei Estadual nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado como patrimônio nacional, assim como o Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que a regulamenta.

O artigo 2º da referida lei estadual considera como integrante do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento:

- ✓ *Floresta Ombrófila Densa;*
- ✓ *Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias;*
- ✓ *Floresta Ombrófila Aberta;*
- ✓ *Floresta Estacional Semidecidual; e*
- ✓ *Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.*

Ademais, a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem:

"I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações;

II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas;

III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico;

IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico".

Já em relação ao Cerrado, a Lei nº 13.550 de 2 de junho de 2009, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa desse bioma no estado, indicando as suas fisionomias e dá providências correlatas.

Em seu artigo 2º é demonstrado as fisionomias desse bioma (cerradão, cerrado "stricto sensu", campo cerrado e campo) e que essas fisionomias, em qualquer estágio de regeneração do Bioma Cerrado, não perderão a sua classificação, independentemente da ocorrência de incêndios, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada.

Em seu artigo 4º, estabelece que é vedada a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado nas seguintes hipóteses:

I - abrigar espécies da flora e da fauna silvestre ameaçadas de extinção quando incluídas nas seguintes categorias, conforme definidas pela IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza:

a) regionalmente extinta (RE);

b) criticamente em perigo (CR);

c) em perigo (EN);

d) vulnerável (VU);

II - exercer a função de proteção de mananciais e recarga de aquíferos;

III - formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

IV - localizada em zona envoltória de unidade de conservação de proteção integral e apresentar função protetora da biota da área protegida conforme definido no plano de manejo;

V - possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelo Poder Público;

VI - estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou atos do poder público em regulamentos específicos.

A supressão de vegetação nos estágios médio e avançado de regeneração para as fisionomias cerrado e cerrado “stricto sensu” dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente e somente poderá ser autorizada, como indica seu artigo 6º, em caráter excepcional, quando necessária à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública ou interesse, desde que seja feita compensação ambiental. Esta deve ser feita na forma de preservação de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, em área ocupada por vegetação pertencente ao Bioma Cerrado, ou à recuperação ambiental de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente na mesma microbacia.

5.5. CURSOS D'ÁGUA

O Decreto Estadual nº 8.468/76 apresenta a classificação dos corpos d'água segundo os usos preponderantes e estabelece padrões de qualidade dos corpos d'água. E o Decreto nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no decreto anterior e dá providências correlatas.

Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23 de Fevereiro de 2005, estabelece procedimentos para a integração das autorizações ou licenças ambientais com as outorgas de recursos hídricos entre os órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Quanto às Outorgas de Recursos Hídricos, a Resolução Conjunta SMA-SERHS nº 1, estabelece em seu Artigo 2º:

(...)

VIII - Outorga de Recursos Hídricos: modalidades de outorga definidas no artigo 1º do Decreto Estadual nº 41.258, de 31.10.1986, entre as quais se destacam:

a) Outorga de Implantação de Empreendimento: ato administrativo pelo qual o DAEE declara a disponibilidade de água para os usos requeridos ou aprova uma interferência no recurso hídrico, não conferindo a seu titular o direito de uso ou interferência destinando-se apenas a reservar a vazão passível de outorga, ou aprovar a implantação de obras.

b) Outorga de direito de uso de recursos hídricos: ato administrativo mediante o qual o DAEE faculta ao requerente o direito de uso dos recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e condições expressas no respectivo ato.

O artigo 3º dessa resolução prevê que a implantação de qualquer empreendimento que possa demandar a utilização ou interferência nos recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos fica sujeito à outorga, esta limitando-se apenas a reservar a vazão passível de futura outorga de direito de uso, ou apenas autorizando o desenvolvimento dos projetos de obras a serem posteriormente autorizadas.

Já o Artigo 6º da mesma Resolução menciona que, nos casos sujeitos à Licença Ambiental, a emissão da Licença Prévia (LP) pela CETESB, para os empreendimentos que tenham interface com recursos hídricos, terá como pré-requisito a Outorga de Implantação de Empreendimento, que deve ser emitida pelo Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE.

Para a etapa posterior das interferências sobre os recursos hídricos, o Artigo 7º da Resolução Conjunta SMA-SERHS nº 1 descreve que, para emissão da Outorga de Direito de Uso ou Interferência nos Recursos Hídricos, o DAEE solicitará como pré-requisito a Licença de Instalação (LI), para as atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental.

Importante ressaltar que procedimentos de análise das autorizações ou licenças ambientais e das outorgas de recursos hídricos deverão considerar as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos, bem como o princípio dos usos múltiplos, previstos na Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

5.6. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APPS

No Brasil, a Lei Federal nº 4.771 instituiu o Código Florestal no ano de 1965. O documento definia Área de Preservação Permanente (APP) como aquela protegida nos termos dos artigos 2º e 3º dessa Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

O artigo 2º do Código Florestal considerava de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

"a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação".

E o artigo 3º do Código Florestal estabelecia que as florestas e demais formas de vegetação natural podiam também ser declaradas como área de preservação permanente, por ato do Poder Público, desde que destinadas:

- "a) a atenuar a erosão das terras;*
- b) a fixar as dunas;*
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;*
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;*
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;*
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;*
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;*
- h) a assegurar condições de bem-estar público".*

Em agosto de 2001 foi publicada a 1º Medida Provisória de alteração do Código Florestal (MP nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001), com relação seus artigos 1º, 4º, 14º, 16º e 44º - nenhum deles alterando as definições de APP do Código Florestal de 1965.

Especificamente sobre as florestas existentes junto às nascentes dos rios, a Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989, estabelecia medidas para proteção dessas áreas, vedando a derrubada de árvores e qualquer forma de desmatamento junto a essas áreas⁵⁴.

Considerando a necessidade de regulamentar o artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no que concerne às Áreas de Preservação Permanente, a Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, dispôs sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, assim como a Resolução nº 302, da mesma data, dispôs sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

⁵⁴ Artigo 2º da Lei Federal nº 7.754.

Recentemente, em maio de 2012, a Lei Federal nº 12.651 revogou o Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771), passando a definir Área de Preservação Permanente (APP) como área protegida nos termos dos artigos 4º, 5º e 6º dessa nova Lei, área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas⁵⁵.

O artigo 4º dessa Lei estabelece que são consideradas de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;*
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;*
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;*
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;*
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;*

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;*
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;*

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

⁵⁵ Artigo 3º, inciso II da Lei Federal 12.651/12.

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.

Conforme o disposto no parágrafo 9º do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651, as APPs que estão compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.

O artigo 6º da Lei Federal nº 12.651/12 estabelece, ainda, que as florestas e demais formas de vegetação natural podem ser declaradas como área de preservação permanente, por ato do Poder Público, desde que destinadas:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - assegurar condições de bem-estar público;

VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.

Em seu artigo 8º, a Lei Federal nº 12.651/12 determina que será admitida supressão total ou parcial de vegetação nativa em APPs, somente nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a alínea "b" do inciso VIII do artigo 3º do mesmo diploma legal, define, como de utilidade pública, as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, a exemplo do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083).

Relevante destacar também o disposto no artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/06, de 28 de março de 2006, *in verbis*:

"Artigo 2º O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos:

I - utilidade pública:

(...)

*b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia"*⁵⁶.

Mencionada intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, para projetos de utilidade pública, somente poderá ser autorizada quando o requerente, entre outras exigências, comprovar:

⁵⁶ Artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/06.

"I - a inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos;

II - atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água;

III - averbação da Área de Reserva Legal; e

*IV - a inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou movimentos acidentais de massa rochosa"*⁵⁷.

A Resolução CONAMA nº 369/06 dispõe, ainda, em seu artigo 4º, *caput*, em conformidade com o já previsto pelo Código Florestal de 1965, que toda obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, deverá obter do órgão ambiental competente autorização para intervenção ou supressão de vegetação em APP, em processo administrativo próprio, no âmbito do processo de licenciamento ou autorização, motivado tecnicamente, observadas as normas ambientais aplicáveis.

Da mesma forma, a intervenção ou supressão de vegetação em APP de que trata o *caput* do artigo 4º dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente (artigo 4º, §1º da Resolução CONAMA nº 369/06).

Ademais, a intervenção ou supressão de vegetação em APP situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal, desde que o município possua Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo, e Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas⁵⁸.

Conforme o artigo 5º, *caput*, da Resolução CONAMA nº 369/06, o órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, que deverão ser adotadas pelo requerente.

⁵⁷ Artigo 3º da Resolução CONAMA nº 369/06.

⁵⁸ Artigo 4º, § 2º da Resolução do CONAMA 369/06.

Para empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), que trata de compensação ambiental⁵⁹.

Se for autorizada a supressão da vegetação, segundo o artigo 1º da Resolução da Secretaria de Estado do Meio Ambiente nº 58, de 13 de agosto de 2008, os órgãos responsáveis pela emissão de licença, alvará e autorização de supressão de vegetação ou de intervenção em área especialmente protegida, devem requisitar do empreendedor, a obrigatoriedade de expor no local específico a placa com o número do processo, número da autorização, licença ou alvará emitido, data da emissão e termo de compromisso de recuperação ambiental, sempre visível ao público e durante toda a validade ou execução desta.

Com efeito, nos termos do artigo 5º, §2º da Resolução CONAMA nº 369/06, as medidas de caráter compensatório consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios.

Ademais, independe de autorização do Poder Público, o plantio de espécies nativas com a finalidade de recuperação de APP, respeitadas as obrigações acordadas, se existentes, e as normas e requisitos técnicos aplicáveis⁶⁰.

A Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe a metodologia que se deve seguir para se recuperar uma Área de Proteção Permanente, indicando que se deve utilizar plantas nativas com compatibilidade com a fitofisionomia local.

As Resoluções SMA nº 08, de 31 de janeiro de 2008, e SMA nº 58, de 29 de dezembro de 2006, fixam orientações para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dão providências correlatas.

⁵⁹ Artigo 5º, §1º da Resolução CONAMA nº 369/06.

⁶⁰ Artigo 6º da Resolução CONAMA nº 369/06.

O Artigo 6º de ambas as resoluções indicam que em áreas de ocorrência das formações de floresta ombrófila, de floresta estacional semidecidual e de cerrado, a recuperação florestal deverá atingir, no período previsto em projeto, o mínimo de 80 (oitenta) espécies florestais nativas de ocorrência regional, conforme o Artigo 8º e/ou identificadas em levantamentos florísticos regionais e ainda:

§ 1º - Em relação ao número de espécies a ser utilizado nas situações de plantio:

a. devem ser utilizadas, no mínimo, 20% de espécies zoocóricas nativas da vegetação regional;

b. devem ser utilizadas, no mínimo, 5% de espécies nativas da vegetação regional, enquadradas em alguma das categorias de ameaça (vulnerável, em perigo, criticamente em perigo ou presumivelmente extinta);

c. nos plantios em área total, as espécies escolhidas deverão contemplar os dois grupos ecológicos: pioneiras (pioneiras e secundárias iniciais) e não pioneiras (secundárias tardias e climáticas), considerando-se o limite mínimo de 40% para qualquer dos grupos, exceto para a savana florestada (cerrado).

§ 2º - Em relação ao número de indivíduos a ser utilizado nas situações de plantio:

a. O total dos indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ecológico (pioneiro e não pioneiro) não pode exceder 60% do total dos indivíduos do plantio;

b. Nenhuma espécie pioneira pode ultrapassar o limite máximo de 20% de indivíduos do total do plantio;

c. Nenhuma espécie não pioneira pode ultrapassar o limite máximo de 10% de indivíduos do total do plantio;

d. Dez por cento (10%) das espécies implantadas, no máximo, podem ter menos de doze (12) indivíduos por projeto.

A Constituição do Estado de São Paulo estabeleceu, no artigo 197, as áreas de proteção permanente, quais sejam:

I - os manguezais;

II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;

III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;

IV - as áreas estuarinas;

V - as paisagens notáveis;

VI - as cavidades naturais subterrâneas”.

Com efeito, a intervenção de baixo impacto ambiental em APP foi regulamentada, no âmbito estadual, pelo Decreto Estadual nº 49.566, de 25 de abril de 2005.

Referido Decreto Estadual considera intervenção de baixo impacto ambiental a execução de atividades ou empreendimentos que, considerados sua dimensão e localização e levando-se em conta a tipologia e função ambiental da vegetação objeto de intervenção, bem como situação do entorno, não acarretem alterações adversas, significativas e permanentes, nas condições ambientais da área onde se inserem, tais como áreas desprovidas de vegetação nativa, em estágio pioneiro de regeneração ou corte de árvores isoladas, nativas ou exóticas⁶¹.

Cumprе ressaltar que a manutenção de obras essenciais de infra-estrutura, destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia são consideradas como de baixo impacto ambiental, a luz do disposto no inciso III do artigo 3º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

Os pedidos de autorização para intervenção eventual e de baixo impacto ambiental em áreas de preservação permanente, serão devidamente formalizados em procedimento administrativo próprio junto à CETESB, devendo indicar, em todas as situações, as medidas mitigadoras a serem obrigatoriamente adotadas pelos interessados e as justificativas em relação à inexistência de alternativa técnica e locacional à ação, atividade ou empreendimento proposto⁶².

Além disso, as medidas mitigadoras deverão ser adequadas e proporcionais à função ambiental da APP objeto de intervenção⁶³.

Ressalte-se que não se caracteriza como intervenção de baixo impacto quando o objeto consistir em supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de

⁶¹ Artigo 1º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁶² Artigo 4º, §1º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁶³ §2º do artigo 4º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

dunas e mangues, que somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública⁶⁴.

5.7. FLORESTAS E REFLORESTAMENTO

As florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação estabelece em especial o novo Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

O artigo 26, *caput*, da Lei nº 12.651/12, dispõe que a supressão de vegetação nativa, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do SISNAMA.

Importante observar, ainda, que essa Lei prevê que no caso de reposição florestal, há necessidade de serem priorizados projetos que contemplem utilização de espécies nativas do mesmo bioma⁶⁵.

No Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 32, de 03 de abril de 2014 estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado, e dá providências correlatas. O objetivo maior dessa Resolução é conseguir maiores chances de sucesso nos casos de reposição florestal, já que o cumprimento dos compromissos de restauração se baseia nos resultados atingidos, e não nas ações planejadas. Segundo o inciso I do artigo 3º, esta Resolução aplica-se aos Projetos de Restauração Ecológica exigidos como condição para a emissão de autorizações e licenças ambientais pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

A exploração de florestas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, ressalvados os casos previstos nos artigos 21, 23 e 24, dependerá de

⁶⁴ Artigo 5º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁶⁵ Artigo 26, §3º, da Lei Federal nº 12.651/12.

licenciamento pelo órgão competente do SISNAMA, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

No caso do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), a autorização para supressão de florestas e formações sucessoras incumbe ao órgão ambiental estadual competente, no caso a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

De acordo com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 12.651/12, define-se o uso alternativo do solo como a substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.

Nas áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação que abrigue espécie da flora ou da fauna ameaçada de extinção, segundo lista oficial publicada pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do SISNAMA, ou espécies migratórias, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie⁶⁶.

O requerimento de autorização de supressão será disciplinado em norma específica pelo órgão ambiental competente, devendo indicar, no mínimo, as seguintes informações⁶⁷:

I - a localização do imóvel, das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel;

II - a reposição ou compensação florestal, nos termos do § 4º do art. 33;

III - a utilização efetiva e sustentável das áreas já convertidas;

IV - o uso alternativo da área a ser desmatada.

⁶⁶ Artigo 27 da Lei Federal nº 12.651/12.

⁶⁷ Artigo 26, §4º da Lei Federal nº 12.651/12.

Assim, o artigo 13, *caput*, do Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, dispõe que a reposição florestal é a compensação do volume de matéria-prima extraído de vegetação natural pelo volume de matéria-prima resultante de plantio florestal para geração de estoque ou recuperação de cobertura florestal. É obrigada à reposição florestal a pessoa física ou jurídica que:

"I - utiliza matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural;

*II - detenha a autorização de supressão de vegetação natural".*⁶⁸

Vale ressaltar que não haverá duplicidade na exigência de reposição florestal, em caso de supressão de vegetação, para empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental previsto no artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/81⁶⁹, como é o caso do Prolongamento.

Com efeito, o Decreto Federal nº 6.660, de 21 novembro de 2008 e a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe acerca da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, estabelecendo que seu corte, supressão e exploração far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração⁷⁰. E para cumprir ao disposto neste decreto, a Resolução CONAMA nº 01, de 31 de janeiro de 1994, define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica.

Nesse sentido, consoante ao disposto no artigo 11 da Lei em comento, o corte e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

I - a vegetação:

a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

⁶⁸ Artigo 14 do Decreto Federal nº 5.975/06.

⁶⁹ Artigo 16, *caput*, do Decreto Federal nº 5.975/06.

⁷⁰ Artigo 8º da Lei Federal nº 11.428/06.

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou

e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental.

É necessário ressaltar que, para novos empreendimentos que impliquem no corte ou supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas⁷¹, como é o caso do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083).

A Resolução Conjunta IBAMA/SMA/SP nº 2, de 12 de maio de 1994, indica que a autorização para corte, supressão ou exploração de vegetação nativa secundária de Mata Atlântica, no estágio inicial de regeneração, em áreas urbanas se dará mediante conformidade com plano diretor e/ou demais legislações ambientais e aprovação de projetos de recuperação ou enriquecimento da vegetação em áreas verdes, preferencialmente com espécies nativas, e se for em áreas não efetivamente urbanizadas, não pode ser abrigo de espécies ameaçadas de extinção, ter função de proteger mananciais e prevenção e controle de erosão, além de outros condicionantes. Assim como a Resolução Conjunta IBAMA/SMA/SP nº5, de 04 de novembro de 1996, acrescenta dispositivos a resolução previamente citada.

Igualmente, nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.428/06, a supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

⁷¹ Artigo 12 da Lei Federal nº 11.428/06.

No âmbito estadual, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo dispõe sobre a concessão de autorização para a supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público, sendo a autorização para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público poderá ser concedida, desde que seja comprovada a inexistência de alternativa locacional para a implantação da obra e estará condicionada ao cumprimento das respectivas medidas de mitigação e compensação a serem definidas no procedimento de licenciamento.

Referida supressão dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, conforme o disposto no §1º do artigo 14 da referida Lei Federal. O órgão competente deverá seguir os critérios e procedimentos para as análises dos pedidos e concessões de anuências prévias para a supressão de vegetação de mata atlântica, estabelecida na Instrução Normativa IBAMA/MMA nº 05, de 20 de abril de 2011.

Ademais, a supressão no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico⁷².

Ressalte-se que as medidas supracitadas ficam condicionadas à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, bem como, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica⁷³.

O corte, supressão e exploração de vegetação secundária e em estágio inicial de regeneração, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica forem inferiores a 5% (cinco por cento) da

⁷² §2º do artigo 14 da Lei Federal nº 11.428/06.

⁷³ Artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/06.

área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas⁷⁴.

Os parâmetros de classificação da vegetação em estágios, no Estado de São Paulo, estão contemplados nas Resoluções CONAMA nº 01, de 31 de janeiro de 1994, convalidada pela Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007.

Nos termos do artigo 1º da mencionada Resolução CONAMA nº 01/94:

“vegetação primária é aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies”.

Na mesma linha, a Resolução CONAMA em análise, no artigo 2º determina que:

“vegetação secundária ou em regeneração é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária”

Bem como define quais as características para que se identifique em que grau de regeneração a vegetação secundária está enquadrada.

Nesse mesmo sentido, corroborando com a definição do conceito de vegetação primária da Mata Atlântica, a Resolução Conjunta SMA/IBAMA nº 1, de 17 de fevereiro de 1994, considerou a categoria como de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estruturas e de espécie.

Na esfera estadual, a Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.762, de 28 de fevereiro de 2008, dispôs sobre a reposição florestal, obrigatória para as pessoas físicas ou jurídicas que explorem, suprimam, utilizem, consumam ou transformem produtos ou subprodutos florestais.

⁷⁴ Parágrafo único do Artigo 25 da Lei federal nº 11.428/06.

A reposição florestal será calculada sobre o volume dos produtos e subprodutos florestais explorados, suprimidos, utilizados, transformados ou consumidos, em quantidade nunca inferior à necessidade do empreendimento ou da supressão efetuada, de acordo com as características de cada caso, a serem estabelecidas, através de portaria, pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente (SMA)⁷⁵.

Nos termos do artigo 3º da norma estadual em comento, a reposição florestal poderá ser efetuada mediante as seguintes modalidades, a saber:

"I - através de recursos próprios com plantio em novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, para suprimento das necessidades do empreendimento, através de projetos técnicos aprovados pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente. No caso de recuperação de áreas de preservação permanente e/ou reserva legal, o plantio deverá ser efetuado em terras próprias;

II - através de recolhimento de valor/árvore a uma associação de reposição florestal credenciada pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente".

Em substituição da Resolução SMA nº 18, de 11 de abril de 2007, a Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de setembro de 2013 (validade pela Resolução SMA nº 84, de 12 de setembro de 2013), dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.

A Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I disciplina procedimentos para autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados, quando indispensável para o desenvolvimento de atividades, obras ou empreendimentos, será emitida pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, após a realização de análise técnica e mediante assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental que contemple plantio compensatório ⁷⁶.

⁷⁵ Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.780/01.

⁷⁶ Artigo 1º da Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I.

Cumprir mencionar que, excepcionalmente, poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção ou considerados relevantes, caso verificada a hipótese de utilidade pública do empreendimento, conforme disposto no Artigo 6º da Decisão de Diretoria.

E segundo o Artigo 8º, a reposição será calculada de acordo com o número de exemplares arbóreos cujo corte for autorizado, conforme projeto a ser apresentado e aprovado pela CETESB, na seguinte proporção:

A. Plantio de 25 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado na propriedade for inferior ou igual a 500;

B. Plantio de 30 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 500 e inferior ou igual a 1000;

C. Plantio de 40 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 1000.

A Resolução SMA nº 13, de 22 de fevereiro de 2008 dispôs acerca da concessão para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público, concedida em ato administrativo próprio, desde que seja comprovada inexistência de alternativa locacional para a implantação da obra⁷⁷.

Nos termos do artigo 2º da norma estadual em tela, a concessão da autorização para corte de vegetação estará condicionada ao cumprimento das respectivas medidas de mitigação e compensação, a serem definidas no procedimento de licenciamento.

Com efeito, a Resolução SMA nº 85, de 11 de dezembro de 2008, estabeleceu critérios e parâmetros para concessão de autorização para supressão de vegetação nativa considerando as áreas prioritárias para incremento da conectividade.

Concernente ao disposto no artigo 2º da referida norma estadual, a análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo, nos imóveis rurais, deverá considerar as categorias de importância para manutenção e

⁷⁷ Artigo 1º da Resolução SMA nº 13/08.

restauração da conectividade biológica definidos no mapa denominado "Áreas Prioritárias para Incremento para Conectividade" do Projeto BIOTA FAPESP.

Respeitadas as limitações legais, a supressão de vegetação nativa ou sua exploração nestas áreas é passível de autorização desde que:

"I. A vegetação comprovadamente não abrigue espécies da fauna e flora silvestres ameaçadas de extinção, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção solicitada não ponha em risco a sobrevivência destas espécies;

II. Inexista alternativa técnica e locacional à obra ou empreendimento proposto;

*III. a vegetação não forme corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração."*⁷⁸.

Consoante ao disposto no artigo 5º da Resolução SMA em tela, a concessão de autorização para supressão de vegetação, considerando as escalas de classificação presentes no mapa "Áreas prioritárias para incremento da conectividade", deverá atender os seguintes critérios:

✓ Dentro da escala de 6 a 8 deverá ser compensada área equivalente a 6 (seis) vezes a área autorizada.

✓ Dentro da escala de 3 a 5 deverá ser compensada área equivalente a 2 (duas) vezes a área autorizada.

✓ Dentro da escala de 1 a 2 deverá ser seguida a legislação florestal em vigor.

Ressalte-se que, à luz do disposto no §2º do artigo 6º da Resolução SMA nº 85/08, poderão ser utilizadas como áreas para compensação:

"I. Áreas constantes do Banco de Áreas para Recuperação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente.

II. Áreas públicas, desde que não seja alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do Poder Público.

⁷⁸ Artigo 4º da Resolução nº 85/08.

III. Áreas particulares, desde que não seja alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do proprietário, comprovada a dominialidade da área”.

Cumpra mencionar que segundo o mapa denominado “Áreas Prioritárias para Incremento para Conectividade”, Campinas tem prioridade 3. No entanto, conforme disposto no Artigo 9º, a Resolução SMA nº 85/08 não se aplica para obras de interesse público na forma definida pela Resolução SMA 13-2008.

Para o empreendimento em análise, deve considerar também a Resolução CONAMA nº 4, de 9 de outubro de 1995, que estabelece as *Áreas de Segurança Aeroportuária – ASAs*, conforme segue:

“Art. 1º São consideradas “Área de Segurança Aeroportuária - ASA” as áreas abrangidas por um determinado raio a partir do “centro geométrico do aeródromo”, de acordo com seu tipo de operação, divididas em 2 (duas) categorias:

I - raio de 20 km para aeroportos que operam de acordo com as regras de voo por instrumento (IFR); e

II - raio de 13 km para os demais aeródromos.

Parágrafo único. No caso de mudança de categoria do aeródromo, o raio da ASA deverá se adequar à nova categoria.

Art. 2º Dentro da ASA não será permitida implantação de atividades de natureza perigosa, entendidas como “foco de atração de pássaros”, como por exemplo, matadouros, cortumes, vazadouros de lixo, culturas agrícolas que atraem pássaros, assim como quaisquer outras atividades que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea.”

Uma vez que o empreendimento está localizado a cerca de 5 quilômetros de distância do Aeroporto de Viracopos, o plantio compensatório em suas áreas de influência deverá atender à Resolução CONAMA nº 4/1995, visto que o reflorestamento pode ser considerado foco de atração de pássaros.

5.8. SOLO

A legislação federal brasileira que regulamenta a qualidade do meio ambiente, relacionando-a com a poluição do ar, das águas e do solo, teve início com o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, que *dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais*.

Este Decreto-Lei foi complementado pela Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980, que *dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências*. Tanto o Decreto-Lei nº 1.413/1975, como a Lei nº 6.803/1980, estabelecem regras para a localização de áreas industriais e as limitações de uso em seus entornos, mas não tratam especificamente de limites de emissão.

A Lei Federal nº 13.577, de 8 de julho de 2009, dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.

Esta lei trata da proteção da qualidade do solo contra alterações nocivas por contaminação, da definição de responsabilidades, da identificação e do cadastramento de áreas contaminadas e da remediação dessas áreas de forma a tornar seguro seu uso atual e futuro.

O Artigo 6º prevê que qualquer pessoa física ou jurídica que, por ação ou omissão, possa contaminar o solo deve adotar as providências necessárias para que não ocorram alterações significativas e prejudiciais às funções do solo.

Segundo o Artigo 13º são considerados responsáveis legais e solidários pela prevenção, identificação e remediação de uma área contaminada:

I - o causador da contaminação e seus sucessores;

II - o proprietário da área;

III - o superficiário;

IV - o detentor da posse efetiva;

V - quem dela se beneficiar direta ou indiretamente.

Ainda nessa lei é criado o Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC, fundo de investimento vinculado à Secretaria do Meio

Ambiente e destinado à proteção do solo contra alterações prejudiciais às suas funções, bem como à identificação e à remediação de áreas contaminadas indicado pelo Artigo 30º.

A proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas é disposta pelo Decreto Estadual nº 59.263, de 5 de junho de 2013 (regulamenta a Lei nº 13.577/2009), que indica procedimentos e diretrizes para isso.

Se uma área for considerada contaminada, o empreendedor deverá seguir a Decisão de Diretoria nº 103/2007/C/E, de 22 de junho de 2007, que dispõe sobre o procedimento para gerenciamento de áreas contaminadas.

5.9. EMISSÕES DE RUÍDOS

A Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais. A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta resolução.

São considerados prejudiciais à saúde e ao sossego público, os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.152 – Níveis de Ruído ambiente em recintos de edificação visando o conforto dos usuários, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

As entidades e órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) competentes, no uso do respectivo poder de polícia, disporão de acordo com o estabelecido na mencionada Resolução CONAMA, sobre a emissão ou proibição da emissão de ruídos produzidos por quaisquer meios ou de qualquer espécie, considerando sempre os locais, horários e natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício das atividades com a preservação da saúde e do sossego público.

Referida Resolução CONAMA nº 01/90 estabelece que as emissões de ruídos decorrentes de empreendimentos e atividades devem obedecer aos níveis

previstos na NBR 10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Essa Resolução prevê que na execução dos projetos de construção ou de reformas de edificações, o nível de som produzido não poderá ultrapassar os níveis estabelecidos pela NBR 10.152 – Níveis de Ruído para Conforto Acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ademais, o CONAMA instituiu, em caráter nacional, o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - "SILÊNCIO", sob a coordenação do IBAMA, e que tem por objetivo:

(...)

d) Incentivar a fabricação e uso de máquinas, motores, equipamentos e dispositivos com menor intensidade de ruído quando de sua utilização na indústria, veículos em geral, construção civil, utilidades domésticas, etc.;

e) Incentivar a capacitação de recursos humanos e apoio técnico e logístico dentro da política civil e militar para receber denúncias e tomar providências de combate para receber denúncias e tomar providências de combate a poluição sonora urbana em todo o Território Nacional;

f) Estabelecer convênios, contratos e atividades afins com órgãos e entidades que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o desenvolvimento do Programa SILÊNCIO.⁷⁹

Em sede estadual, a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, determina que, para garantir a execução do Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente, instituído pela mesma norma, o órgão ambiental poderá exigir do empreendedor plano completo de desenvolvimento de suas atividades, no qual constarão informações sobre emissão de ruídos⁸⁰.

O Regulamento dessa mesma Lei Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, estabelece, em seu artigo 115, que os padrões de condicionamento e projeto referentes à emissão de ruídos serão

⁷⁹ Artigo 1º, da Resolução CONAMA nº 02/90.

⁸⁰ Artigo 14, parágrafo único, inciso I, da Lei Estadual nº 997/76.

estabelecidos por decretos específicos. Nesse ponto, cumpre ressaltar que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo adota as normas ABNT/NBR, acima mencionadas.

Em 19 de maio de 2009, a Diretoria da CETESB emitiu a Decisão nº 100/2009/P onde dispôs sobre a aprovação do Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte, que fixa as condições exigíveis para avaliação dos níveis de ruído em comunidades lindeiras a Sistemas Lineares de Transporte.

Em momento futuro, foi publicada a Decisão de Diretoria nº 389/2010/P, de 21 de dezembro de 2010, que dispôs a regulamentação de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes localizados no Estado de São Paulo, estipulando níveis máximos de ruídos.

Na esfera municipal de Campinas, o artigo 2º da Lei Municipal nº 14.011 de 12 de janeiro de 2011, indica que a emissão de ruídos que envolve todo e qualquer meio de produção de ruídos ou som, a exemplo de ferramenta, maquinário, equipamentos eletroeletrônicos, aparelhos de reprodução sonora, fixos ou transportados, semoventes ou não, são consideradas infrações.

E para ser possível haver construções na cidade, a Lei nº 11.642 de 29 de agosto de 2003, dispõe sobre ruídos e horário de funcionamento de máquinas e aparelhos em construção ou obra em geral e dá outras providências, *permite ser utilizadas máquinas ou aparelhos em construções ou obras em geral, devidamente licenciadas, no período compreendido entre às 7:00 e 19:00 horas (Segunda a Sexta-feira) desde que não ultrapassem níveis de db (decibéis) estabelecidos pela NBR-10151 "avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade" ou a Norma Brasileira que venha a substituí-la, medida através do medidor de intensidade de som.*

5.10. EMISSÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS

A Lei nº 6.938/1981 define poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as

condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (art. 3º, inciso III). O poluidor é definido como a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, inciso IV).

Essa mesma Lei, atribui ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA a competência para *estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes* (art. 8º, inciso VI). “E estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos” (art. 8º, inciso VII).

Com base nas competências a ele atribuídas pela Lei nº 6.938/1981, o CONAMA vem estabelecendo, por meio de resoluções, as normas para o controle da emissão de poluentes do ar por fontes fixas e móveis, assim considerados os veículos automotores, como visto mais adiante.

O estabelecimento de metas para a redução da emissão de gases e materiais particulados (fuligem e gotículas oleosas) por fontes móveis no Brasil, constituídas por veículos automotores, iniciou-se em 1986, quando o CONAMA instituiu, por meio da Resolução nº 18, de 6 de maio daquele ano, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE. Essa Resolução foi alterada pelas Resoluções nº 15, de 1995, nº 315, de 2002, e nº 414, de 2009. E complementada pelas Resoluções nº 08, de 1993, e nº 282, de 2001.

A Resolução CONAMA nº 403/2008, complementada pela Resolução nº 415, de 2009, "dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P-7) e dá outras providências."

No próximo ano, a resolução CONAMA nº 415 "dispõe sobre nova fase (PROCONVE L6) de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências." Altera a Resolução nº 299, de 2001; revoga,

a partir de 1º de janeiro de 2013, o §2º do art. 15 da Resolução nº 8, de 1993, e o art. 23 da Resolução nº 315, de 2002 e complementa a Resolução nº 403/2008.

A Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que *"dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências"*, reproduziu as metas estabelecidas na Resolução 18/1986 do CONAMA, que alcançavam até o ano de 2002, e delegou ao próprio CONAMA a atualização e o estabelecimento de novas metas.

No mesmo ano a Resolução CONAMA nº 16, de 17 de dezembro, *"Ratifica os limites de emissão, os prazos e demais exigências contidas na Resolução CONAMA nº 18/86"*; enquanto que a Resolução CONAMA nº 226, de 20 de agosto de 1997, alterada pelas Resoluções nº 241, de 1998, e nº 321, de 2003, *"Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores"*; e a Resolução CONAMA nº 272, de 14 de setembro de 2000, *"Define novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores"*.

Já a fixação de parâmetros para a emissão de poluentes gasosos e materiais particulados (materiais sólidos pulverizados) por fontes fixas começou a ser efetuada por meio da Resolução do CONAMA nº 2, de 5 de agosto de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.

O PRONAR trata da qualidade do ar estabelecendo padrões de qualidade de acordo com os usos das áreas consideradas, estabelece metas e instrumentos de ação, incluindo a elaboração de um inventário nacional de fontes de poluição do ar e de áreas críticas de poluição.

As Resoluções CONAMA nº 3, de 28 de junho de 1990, e nº 8, de 6 de dezembro de 1990, complementam o PRONAR estabelecendo limites para a concentração de determinados poluentes no ar. Esses limites tiveram como base normas (ou recomendações) da Organização Mundial da Saúde, que levam em conta limites de concentração compatíveis com a saúde e o bem-estar humanos. Nessas resoluções são estabelecidas concentrações máximas para: partículas totais em suspensão (material particulado); fumaça (composta principalmente de dióxido de carbono – CO₂); partículas inaláveis; dióxido de enxofre; monóxido de carbono (CO); ozônio e dióxido de nitrogênio.

A Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o Controle de Poluição do Meio Ambiente, proíbe o lançamento de poluentes no ar, na água e no solo; autoriza o Poder Executivo a determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição e regulamenta os Padrões de Qualidade do Meio Ambiente, os Padrões de Emissão, Padrões de Condicionamento e Projeto.

O Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que foi revogado pelo Decreto Estadual nº 52.469, de 12 de dezembro de 2007, divide o estado em onze regiões, denominadas Regiões de Controle de Qualidade do Ar – RCQA, que coincidem com as Regiões Administrativas do Estado e que indica a Região de Campinas como a RCQA 5 e que elas podem ser divididas em sub-regiões para controle de poluição do ar.

A Resolução da Secretaria de Estado do Meio Ambiente nº 58, de 12 de julho de 2012, classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar. Campinas foi classificada nos quesitos material particulado, dióxido de enxofre, gás carbônico como área não saturada enquanto que o de ozônio foi classificada como área saturada severa. Essas sub-regiões citadas anteriormente foram classificadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Decreto nº 52.469, de 12 de dezembro de 2007.

A Lei Municipal de Campinas nº 12.585, de 28 de junho de 2006, institui o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), que tem como objetivo a aferição do padrão de comportamento do Município em relação ao meio ambiente. Este índice é composto pelos seguintes grupos: Avaliação dos Recursos Hídricos e Poluição Atmosférica, Avaliação da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos e Avaliação da Preservação de Áreas Verdes.

Um dos índices que o IDA avalia é o de poluição atmosférica, que terá como objetivo medir a qualidade do ar em relação aos particulados, e será medido pelo IGQA (ÍNDICE GERAL DE QUALIDADE DO AR) em estações móveis a serem operadas pela CETESB, ou outro órgão de igual capacitação técnica. Em sua avaliação estará indicado se o IGQA é bom, regular ou inadequado, com notas dez, cinco e zero respectivamente.

Com o objetivo de "...proteger o meio ambiente e a saúde humana dos efeitos da contaminação atmosférica, por meio da implantação de uma política contínua e

integrada de gestão da qualidade do ar no país, foi elaborado o Plano Nacional da Qualidade do Ar- PNQA (MMA, 2009).

As metas do PNQA são as seguintes: (i) a redução das concentrações de contaminantes na atmosfera de modo a assegurar a melhoria da qualidade ambiental e a proteção à saúde; (ii) a integração das políticas públicas e instrumentos complementares, como planejamento territorial, setorial e de fomento e (iii) contribuir para a diminuição da emissão de gases do efeito estufa.

5.11. RESÍDUOS

De acordo com o Artigo 23º, Inciso IX da Constituição Federal compete ao poder público local, portanto aos municípios, a responsabilidade de realizar a gestão sobre as questões do saneamento básico.

A Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Em seu Artigo 4º está a indicação de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O Artigo 14º indica que são planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

No Artigo 9º dessa lei está que deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

De acordo com o artigo 24 da Lei Estadual nº 9509 de 1997, os órgãos integrantes do SEAQUA, na análise dos projetos submetidos ao seu exame, exigirão que sejam adotadas, pelo interessado, previamente à expedição da Licença de Operação (LO), ou renovação da referida licença, medidas capazes de assegurar que as matérias-primas, insumos e bens produzidos tenham padrão de qualidade que elimine ou reduza o efeito poluente, derivado de seu emprego e utilização, aos níveis legalmente permitidos, e sistema de descarte de efluentes líquidos, gasosos e resíduos sólidos devidamente licenciados pelo órgão competente.

Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006, Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, com vistas à prevenção e ao controle da poluição, à proteção e à recuperação da qualidade do meio ambiente, e à promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Estado de São Paulo.

Em seu artigo 2º estão os princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos e nele está demonstrado a responsabilidade dos produtores ou importadores de matérias-primas, de produtos intermediários ou acabados, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores, administradores e proprietários de área de uso público e coletivo e operadores de resíduos sólidos em qualquer das fases de seu gerenciamento.

Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Ela classifica os resíduos e indica onde devem ou não se fazer deposição e a possibilidade de reciclagem ou reuso.

A Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado. No artigo 18 estão as obrigações do gerador:

I - recolher os óleos lubrificantes usados ou contaminados de forma segura, em lugar acessível à coleta, em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente;

II - adotar as medidas necessárias para evitar que o óleo lubrificante usado ou contaminado venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias, evitando a inviabilização da reciclagem;

III - alienar os óleos lubrificantes usados ou contaminados exclusivamente ao ponto de recolhimento ou coletor autorizado.

A Resolução SMA – 32/2010 “dispõe sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA”.

Quanto às infrações em áreas de proteção e recuperação de mananciais, o § 1º do artigo 40 dessa resolução diz que: “incorre na mesma pena quem acondicionar ou dispor resíduos sólidos em áreas de proteção de mananciais, legalmente estabelecidas, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes”.

E por fim, Campinas fez seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2012), que conta com o diagnóstico da atual situação do município em relação aos resíduos sólidos e a proposição de programas e instalações para melhorar a qualidade do serviço.

5.12. PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, NATURAL E CULTURAL

A Constituição Federal Brasileira declara que os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União⁸¹ e que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

⁸¹ Artigo 20, inciso X da Constituição Federal de 1988.

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (artigo 216):

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dispõe que os bens mencionados só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo⁸².

Os monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana, são equiparados aos bens dispostos no artigo 1º do referido Decreto-Lei Federal, sujeitando-se, portanto, ao tombamento.

As coisas tombadas não poderão, em nenhum caso ser destruídas, demolidas ou mutiladas, sem prévia autorização especial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁸³.

O Decreto-Lei Federal nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, estabelece em seu artigo único, que o Presidente da República, atendendo a motivos de interesse

⁸² Artigo 1º, §1º do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

⁸³ Artigo 17 do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, realizados pelo IPHAN, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, acautelando os indícios ou evidências de materiais arqueológicos que possam ocorrer no local da obra. E mesmo obtendo um resultado negativo no levantamento de informações, indícios ou evidências desses materiais, ressalta-se que, durante as obras, a descoberta fortuita de materiais arqueológicos, como prevê o artigo 18 da Lei Federal nº 3.924/1961, deverá ser imediatamente comunicada ao IPHAN pelo empreendedor, razão pela qual se recomenda o acompanhamento da progressão das frentes de obras.

O Artigo 6º da Resolução CONAMA nº 001/86 dispõe sobre o mínimo de atividades técnicas que o estudo de impacto ambiental desenvolverá. Uma dessas atividades é o Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerando o meio sócio-econômico, ou seja, considerando o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Ressalta-se que o IPHAN, por meio da Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, dispôs acerca dos estudos arqueológicos para elaboração de estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), prevendo que na fase de obtenção de Licença Prévia (LP) deverá ser identificada a contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

A avaliação dos impactos do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) ao patrimônio arqueológico regional será realizada com base em diagnóstico, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras, conforme disposto no artigo 3º da norma federal em comento.

De acordo com artigo 4º da Portaria IPHAN nº 230/02, a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e

Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento, de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Na fase de obtenção de Licença de Instalação (LI), deverá ser implantado o Programa de Prospecção proposto na fase de LP, o qual deverá prever prospecções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura⁸⁴.

Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na fase da Licença de Operação⁸⁵.

Deste modo, tem-se o Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e metodologia a ser empregada nos estudos⁸⁶.

Na fase de obtenção da Licença de Operação (LO), o artigo 6º, caput, da Portaria IPHAN nº 230/02, determina que será executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase de LI.

O artigo 6º, §1º, da mencionada Portaria prevê o seguinte para a LO:

"§1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológicos nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro

⁸⁴ Artigo 5º, caput da Portaria IPHAN nº 230/02.

⁸⁵ Artigo 5º, §1º da Portaria IPHAN nº 230/02.

⁸⁶ Artigo 5º, §2º da Portaria IPHAN nº 230/02.

detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico”.

Com isto, obtém-se um relatório detalhado, especificando as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresentando os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional⁸⁷.

A Portaria IPHAN nº 230/02 estabelece, ainda, que o desenvolvimento dos estudos arqueológicos mencionados, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (artigo 6º, §7º).

No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas⁸⁸.

No âmbito estadual, a Constituição Paulista dispõe em seu artigo 260 que constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

⁸⁷ Artigo 6º, §2º da Portaria IPHAN nº 230/02.

⁸⁸ Artigo 6º, §8º da Portaria IPHAN nº 230/02.

III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Além disso, o Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer⁸⁹.

O Decreto Estadual nº 13.426 de 1979, revogado parcialmente pelo Decreto Estadual nº 20.955/83, estabeleceu que os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados, mais ainda, sem prévia autorização do Conselho, não podem ser reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pelo mesmo Conselho, de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, e, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator⁹⁰.

Ressalte-se que nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação⁹¹.

A Resolução SMA nº 34 de 27 de agosto de 2003, dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA. Esta Resolução estabelece as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico, a serem observadas pelos responsáveis por empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, cujo licenciamento dependa da elaboração de EIA/RIMA. E seu artigo 5º trata da possibilidade da descoberta fortuita de quaisquer elementos de

⁸⁹ Artigo 261 da Constituição do Estado de São Paulo.

⁹⁰ Artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

⁹¹ Artigo 137 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático em qualquer das fases de implantação do empreendimento ou atividade, o responsável pelo empreendimento ou atividade deverá comunicar o achado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Recentemente, o IPHAN publicou a Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Entretanto, em seu Art. 59, fica estabelecido que “os prazos e procedimentos dispostos nesta Instrução Normativa aplicam-se aos processos de licenciamento ambiental cujos Termos de Referência ainda não tenham sido emitidos pelo Órgão Ambiental Licenciador competente na data de sua publicação”. Deste modo, o empreendimento em análise não se enquadra no disposto.

5.13. POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada por meio da Lei nº 5.371/67, é o órgão Federal responsável pela demarcação e proteção das Terras Indígenas e por fazer respeitar todos os seus bens (Art.231 CF). Segundo o art. 22, XIV, da Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre populações indígenas. A FUNAI é vinculada ao Ministério da Justiça e regula as interferências de empreendimentos sobre os territórios indígenas por meio da Lei nº 6.001/73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. A Portaria nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012 aprovou o regimento interno da FUNAI.

A Instrução Normativa Funai nº 1/2012, alterada pela Instrução Normativa Funai nº 4/2012, dispõe sobre as normas sobre a participação da Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.

A Resolução CONAMA nº 378/06, com alterações pela Resolução CONAMA nº 428/10, define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto

ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771/65.

O Decreto nº 7.747/12 institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (Art. 1º). Um dos objetivos específicos do PNGATI é desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei nº 11.460/07, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas (Art. 4º - V). Segundo o Art. 3º, XI, uma das diretrizes da PNGATI é a garantia do direito à consulta dos povos indígenas, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Os seguintes diplomas legais também regem as questões indígenas:

- O Decreto nº 1.775/96 dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Revogou os Decretos nº 22/1991 e nº 608/1992.
- A Instrução Normativa FUNAI nº 02/2007 estabelece normas sobre a participação do órgão no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de impacto no meio ambiente das Terras Indígenas, na cultura e nos povos indígenas.
- O Decreto nº 7.778/2012 aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da FUNAI.

A Fundação Cultural Palmares foi instituída pela Lei Federal nº 7.668/88 e seu estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 418/92. É uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na

formação da sociedade brasileira. Quando se tratar de empreendimentos que de alguma forma possam causar impactos nessas comunidades a Fundação Cultural Palmares deverá ser ouvida no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

O Decreto Federal nº 4.887/03 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Segundo o Parágrafo único dessa lei, a Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

A Instrução Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2008, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/03.

O Decreto nº 5.758/06 institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Segundo o Art. 2º desse Decreto a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP será coordenada por comissão instituída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e contará com participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas, do setor empresarial e da sociedade civil.

O Decreto Federal nº 6.040/07 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais- PNPCT. O inciso I define Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

5.14. DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO

O Decreto-Lei Nº 3.365/41 dispõe sobre desapropriações por utilidade pública em todo o território nacional. Segundo o § 3º, incluído pelo Decreto-lei nº 856/69 no Art.2º, é vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.

A Lei sobre desapropriação por utilidade pública foi alterada em 1956 pela Lei nº 2.786 e complementada pelos seguintes dispositivos:

- ✓ O Decreto-Lei nº 4.152/42 acrescenta um parágrafo único ao artigo 15;
- ✓ O Decreto-Lei nº 7.426/45 define caso de utilidade pública, nos termos da letra "p" do art. 5º;

A Lei nº 4.132/62 define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação. Trata especificamente das desapropriações por interesse social, que possuem como intuito promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social.

A Lei Nº 4.686/65 acrescenta o § 2º ao art. 26, o qual dispõe que, decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado. Alterado pela Lei Nº 6.306/75, passa a vigorar com a seguinte redação: "Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República".

O Decreto-Lei Nº 512/69 regula a política nacional de viação rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de

Rodagem e dá outras providências. Segundo o Art. 14, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, por ato de seu Diretor-Geral, declarará a utilidade pública de bem ou propriedade, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, e a qualquer tempo, poderá requisitar o ingresso de agente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em propriedade pública ou privada, para efetivação de estudos que visem a implantação de estradas ou obras auxiliares, observado o dever de preservação do bem e de indenizar as perdas e danos decorrentes da requisição.

E de acordo com o Art. 15 a declaração de utilidade pública e a desapropriação consequente se sujeitarão às disposições do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e legislação subsequente sobre desapropriação, observadas as disposições especiais deste Decreto-lei.

O Decreto-Lei Nº 1.075/70 regula a imissão de posse provisória em imóveis residenciais urbanos.

A Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária.

O procedimento da desapropriação é dividido em duas fases. A primeira, denominada declaratória, tem por escopo a declaração de utilidade pública ou interesse social. A segunda fase, chamada executória, diz respeito às providências no plano concreto para a efetivação da manifestação de vontade relativa à primeira fase, podendo ser subdivida em administrativa (quando o Poder Público e o expropriado acordam quanto à indenização e o ato da expropriação) e judicial (quando a Administração entrar com Ação Expropriatória perante o Poder Judiciário).

Com relação à parte técnica das desapropriações, sobretudo nas avaliações das propriedades atingidas, são utilizadas diretrizes e recomendações das normas técnicas correlatas, principalmente às da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT: NBR 14.653-1: Procedimentos Gerais; BR14.653-2: Avaliações de Imóveis Urbanos; NBR 14.653-3: Avaliações de Imóveis Rurais; NBR 14.653-4: avaliações de Empreendimentos; NBR 4.653-5: Avaliações de Máquinas,

Equipamentos, Instalações e Bens Industriais; NBR 14.653-6: Avaliações de Recursos Naturais e Ambientais; NBR 14.653-7: Patrimônios Históricos; NBR 12.721 – Orçamento Obras.

5.15. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 419, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

Os Ministérios do Estado do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, emitiram em conjunto a Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011. O Art. 1º desta Portaria regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, da Fundação Cultural Palmares-FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e do Ministério da Saúde, incumbidos da elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Segundo o Art. 3º dessa portaria, o IBAMA, no início do procedimento de licenciamento ambiental, na Ficha de Caracterização da Atividade - FCA, deverá solicitar informações do empreendedor sobre possíveis interferências em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

§ 2º Para fins do disposto no caput deste artigo, presume-se a interferência quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto a um dos componentes acima, respeitados os limites do Anexo II.

Segundo o Anexo II, para empreendimentos como rodovias as distâncias a serem respeitadas são de 40 quilômetros em regiões da Amazônia Legal e 10 quilômetros para as demais regiões.

De acordo com o Art. 5º, a participação dos órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental para a definição do conteúdo do Termo de Referência - TR, de que trata o art. 4º, dar-se-á a partir dos termos de referência específicos anexos a Portaria (Anexo III). O IBAMA encaminhará, em até 10 (dez) dias consecutivos, a partir do requerimento de licenciamento ambiental, a solicitação de manifestação dos órgãos e entidades envolvidos, disponibilizando a Ficha de

Caracterização Ambiental em seu sítio eletrônico oficial. Os órgãos e entidades envolvidos deverão manifestar-se ao IBAMA no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da solicitação de manifestação.

O Capítulo III, Art. 6º, dispõe que os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao IBAMA manifestação conclusiva sobre o Estudo Ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até 90 (noventa) dias no caso de EIA/RIMA e de até 30 (trinta dias) nos demais casos, a contar da data do recebimento da solicitação.

5.16. MONITORAMENTO AMBIENTAL

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendendo princípios como o acompanhamento do estado da qualidade ambiental (artigo 2º, inciso VII).

A Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para EIA/RIMA, prevê que o estudo de impacto ambiental deve desenvolver atividades técnicas como elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos do empreendimento, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados nesses trabalhos⁹².

5.17. PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO

O Decreto Federal nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, define: cavidade natural subterrânea entende-se *‘todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como*

⁹² Artigo 6º, inciso IV da Resolução CONAMA nº 01/86.

caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante'. E a Constituição do Estado de São Paulo⁹³, em seu artigo 197 indica que são áreas de proteção permanente as cavidades naturais subterrâneas.

O Decreto Federal nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, dispõe que as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional constituem patrimônio cultural brasileiro, e como tal, serão preservadas e conservadas.

Na Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004, o Patrimônio Espeleológico é definido como '*o conjunto de elementos bióticos e abióticos, socioeconômicos e históricos-culturais, subterrâneos ou superficiais, representados pelas cavidades naturais subterrâneas ou a estas associadas*'.

A Instrução Normativa/MMA nº 2 de 20/08/2009 estabelece metodologia para classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas e regulamenta o art. 5º do Decreto nº 6.640/2008.

A Portaria MMA nº 358 de 30/09/2009 institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, com o objetivo de desenvolver uma estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.

A Instrução Normativa/ICMBIO nº 30/2012 estabelece os procedimentos administrativos e técnicos para a execução de compensação espeleológica de que trata o art. 4º, § 3º, do Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, alterado pelo Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, para empreendimentos que ocasionem impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto e que não possuam na sua área, conforme

⁹³ Atualizada até a Emenda nº 20, de 08/04/2005.

análise do órgão licenciador, outras cavidades representativas que possam ser preservadas sob a forma de cavidades testemunho.

Em 5 de junho de 1997 foi instituído o Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – CECAV, através da Portaria nº 57 do IBAMA. Com a criação do Instituto Chico Mendes em 2007, o CECAV foi incorporado à estrutura organizacional do novo Instituto, assim como a maioria dos Centros Especializados do IBAMA.

Em 04 de setembro de 2009, a Portaria nº 78/2009, do Instituto Chico Mendes, criou os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, com objetivo de reconhecê-los como unidades descentralizadas. O CECAV passou a ser denominado Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas e está vinculado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto. Desde a sua criação, o CECAV desenvolve papel preponderante na produção de dados e informações voltados à conservação do Patrimônio Espeleológico brasileiro.

Com a reformulação de suas competências, ficou sendo incumbência do CECAV, produzir por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados o conhecimento necessário à conservação do Patrimônio Espeleológico, bem como executar e auxiliar ações de manejo para a conservação dos ambientes cavernícolas e espécies associadas (Portaria nº 78/2009 do Instituto Chico Mendes).

A partir dos dados disponíveis no CECAV é possível inferir ou não se a AII do empreendimento está inserida ou não em regiões com probabilidades altas de se encontrar uma caverna.

5.18. CONCESSÃO RODOVIÁRIA – CORREDOR DOM PEDRO I

O Programa Nacional de Desestatização - PND foi instituído com a Lei Federal nº 8.031, de 12 de abril de 1990, quando a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. Naquela época, foram concentrados esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos, o que permitiu a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e

de fertilizantes no PND. Em 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 8.987 dispõe sobre o regime de concessão, explica e define pontos relativos a essa questão.

A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, revoga a lei de 1990 para reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público.

Já o Estado de São Paulo, antes mesmo de o Governo Federal fazer tal ato, cria o Programa Estadual de Desestatização (PED), começa a incentivar as privatizações. Esse programa foi demonstrado na Lei Estadual nº 9.361, de 5 de julho de 1996; que tem o objetivo de reordenar a atuação do Estado, propiciando à iniciativa privada a execução de atividades econômicas exploradas pelo setor público e a execução de obras de infra-estrutura, possibilitando a retomada de investimentos nessas áreas; assim como à administração pública o oferecimento de serviços e equipamentos públicos com atendimento dos requisitos de modicidade, regularidade e eficiência.

Para fiscalizar essas privatizações em 14 de janeiro de 2002, a Lei Complementar nº 914, cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP com a finalidade de regulamentar e fiscalizar todas as modalidades de serviços públicos de transporte autorizados, permitidos ou concedidos, no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes, a entidades de direito privado. O Decreto nº 46.708, de 22/04/2002, aprova o Regulamento da ARTESP.

Em decorrência da segunda etapa do processo de desestatização da malha rodoviária estadual, a Concessionária ROTA DAS BANDEIRAS tornou-se responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, desde o início de abril de 2009, conforme Decreto nº 53.310, de 08 de agosto de 2008.

5.19. SÍNTESE DAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO EMPREENDIMENTO

A seguir, é apresentada nos **Quadros 5.19-1** ao **5.19-3** uma síntese das Legislações Aplicáveis ao Empreendimento (Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira, SP-083).

Quadro 5.19-1: Síntese das Legislações Federais aplicáveis ao Empreendimento.

LEIS FEDERAIS	
Lei Federal nº 2.786, de 21 de Maio de 1956	Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública.
Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.
Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965	Acrescenta parágrafo ao art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública).
Lei Federal nº 4.771, 15 de setembro de 1965	Institui o novo Código Florestal.
Lei Federal nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967	Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.
Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna.
Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
Lei Federal nº 6.306 de 15 de dezembro de 1975	Regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime após completar sessenta anos de idade, e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.803, de 02 de julho de 1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.
Lei Federal nº 8.031, de 12 de abril de 1990	Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.
Lei Federal nº 8.723, de 28 de outubro de 1993	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.
Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.469, de 10 de julho de 1997	Dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária.
Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

LEIS FEDERAIS	
Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).
Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.
Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001	Estatuto da Cidade.
Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.460, de 21 de março de 2007	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências.
Lei Federal Nº 13.577, de 8 de julho de 2009	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.
Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.

DECRETOS FEDERAIS	
Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 99.556, de 1º de outubro de 1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 418, de 10 de janeiro de 1992	Aprova o Estatuto da Fundação Cultural Palmares - FCP, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002	Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004	Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006	Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 5.758 de 2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Decreto Federal nº 6.640, de 7 de novembro de 2008	Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.
Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

DECRETOS FEDERAIS

Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340 de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Decreto Federal nº 7.747, de 5 de junho de 2012	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 7.778, de 27 de julho de 2012	Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio.

DECRETOS-LEI FEDERAIS

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941	Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Decreto-lei nº 4.152, de 6 de Março de 1942	Acrescenta um parágrafo único ao art. 15 do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.
Decreto-lei nº 7.426, de 31 de Março de 1945	Define caso de utilidade pública, nos termos da letra "p" do art. 5º do Decreto-Lei n. 3365, de 21 de junho de 1941.
Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969	Regula a Política Nacional de Viação Rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.
Decreto-lei nº 856, de 11 de setembro de 1969	Dispõe sobre a situação dos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos.
Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970	Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.
Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.

PORTARIA INTERMINISTERIAL

Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.
--	--

MEDIDA PROVISÓRIA

MP nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001	Altera os Arts. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
---	--

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)	
Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986	Estabelece definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 18, de 06 de maio de 1986	Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.
Resolução CONAMA nº 16, de 17 de dezembro de 1986	Ratifica os limites de emissão, os prazos e demais exigências contidas na Resolução CONAMA nº 018/86, que institui o Programa Nacional de Controle da Poluição por Veículos Automotores - PROCONVE, complementada pelas Resoluções CONAMA nº 03/89, nº 004/89, nº 06/93, nº 07/93, nº 008/93 e pela Portaria IBAMA nº 1.937/90; torna obrigatório o licenciamento ambiental junto ao IBAMA para as especificações, fabricação, comercialização e distribuição de novos combustíveis e sua formulação final para uso em todo o país.
Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987	Dispõe sobre o procedimento para a realização de Audiências Públicas.
Resolução CONAMA nº 2, de 5 de agosto de 1989	Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar - PRONAR.
Resolução CONAMA nº 01, de 8 de março de 1990	Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.
Resolução CONAMA nº 02, de 8 de março de 1990	Institui em caráter nacional o programa Nacional, Educação e Controle da Poluição Sonora - "SILÊNCIO".
Resolução CONAMA nº 3, de 28 de junho de 1990	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.
Resolução CONAMA nº 8, de 6 de dezembro de 1990	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.
Resolução CONAMA nº 8, de 31 de agosto de 1993	Complementa a Resolução nº 018/86, que institui, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, estabelecendo limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados.
Resolução CONAMA nº 1, de 31 de janeiro de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA nº 15, de 13 de dezembro de 1995	Estabelece nova classificação de veículos automotores, para o controle de emissão veicular de gases, material particulado e evaporativa, considerando os veículos importados.
Resolução CONAMA nº 226, de 20 de agosto de 1997	Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)	
Resolução CONAMA nº 241, de 30 de janeiro de 1998	Dispõe sobre os prazos para cumprimento das exigências relativas ao PROCONVE para os veículos importados, previstos em Resoluções do CONAMA, em especial nas de nº 08, de 31 de agosto de 1993, e de nº 226, de 20 de agosto de 1997, passam a ser os mesmos que os estabelecidos para os veículos nacionais.
Resolução CONAMA nº 272, de 14 de setembro de 2000	Define novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores.
Resolução CONAMA nº 282, de 12 de julho de 2001	Estabelece os requisitos para os conversores catalíticos destinados a reposição, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 299, de 25 de outubro de 2001	Estabelece procedimentos para elaboração de relatório de valores para o controle das emissões dos veículos novos produzidos e/ou importados.
Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução CONAMA nº 315, de 29 de outubro de 2002	Dispõe sobre a nova etapa do Programa de Controle de Emissões Veiculares-PROCONVE.
Resolução CONAMA nº 321, de 29 de janeiro de 2003	Dispõe sobre alteração da Resolução CONAMA 226, de 20 de agosto de 1997, que trata sobre especificações do óleo diesel comercial, bem como das regiões de distribuição.
Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.
Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Resolução CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)	
Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007	Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
Resolução CONAMA nº 403, de 11 de novembro de 2008	Dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P-7) e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 414, de 24 de setembro de 2009	Altera a resolução nº 18, de 6 de maio de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e reestrutura a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE-CAP, em seus objetivos, competência, composição e funcionamento.
Resolução CONAMA nº 415, de 24 de setembro de 2009	Dispõe sobre nova fase (PROCONVE L6) de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos automotores leves novos de uso rodoviário e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INCRA	
Instrução Normativa nº 49 de 2008	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/03.

PORTARIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)	
Portaria nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012	Aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)	
Instrução Normativa nº 002/PRES, de 21 de março de 2007	Estabelece normas sobre a participação da Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de impacto no meio ambiente das Terras Indígenas, na cultura e povos indígenas.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)	
Instrução Normativa nº 1, de 9 de janeiro de 2012	Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividade potencial e efetivamente causadora de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.
Instrução Normativa nº 4, de 19 de abril de 2012	Altera Instrução Normativa Nº1/2012.

PORTARIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	
Portaria Normativa nº 348, de 14 de março de 1990	Estabeleceu os padrões referentes a qualidade do ar.
Portaria nº 57, 5 de junho de 1997	Institui o centro nacional de estudo, proteção e manejo de cavernas - CECAV

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	
Instrução Normativa nº 146, de 10 de janeiro de 2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções Conama nº 001/86 e nº 237/97.
Instrução Normativa nº 05, de 20 de abril de 2011	Estabelecer critérios e procedimentos para as análises dos pedidos e concessões de anuências prévias para a supressão de vegetação de mata atlântica primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração, nos termos do Art. 19 do Decreto nº 6.660, de 2008.

PORTARIA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)	
Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a fase de obtenção de Licença Prévia no EIA/RIMA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	
IN MMA nº 3, de 27 de maio de 2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à Instrução Normativa.
IN MMA nº 5, de 21 de maio de 2004	Lista Oficial das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção e Sobreexplotados ou Ameaçados de Sobreexplotação.
IN MMA nº 52, de 8 de novembro de 2005	Altera os anexos I e II da IN MMA nº 5, de 21 de maio de 2004.
IN MMA nº 6, de 23 de setembro de 2008	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I a Instrução Normativa.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	
IN MMA nº 2, de 20 de agosto de 2009	O grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas será classificado de acordo com a metodologia estabelecida nesta Instrução Normativa.
IN MMA nº 30, de 19 de setembro de 2012	Estabelecer procedimentos administrativos e técnicos para a execução de compensação espeleológica de que trata o art. 4º, § 3º, do Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, alterado pelo Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, para empreendimentos que ocasionem impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto e que não possuam na sua área, conforme análise do órgão licenciador, outras cavidades representativas que possam ser preservadas sob a forma de cavidades testemunho.

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	
Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007	Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona.
Portaria ICMBIO nº 78, de 3 de setembro de 2009	Cria os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, com o objetivo de reconhecê-los como unidades descentralizadas às quais compete produzir por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sócio-biodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, bem como executar as ações de manejo para conservação e recuperação das espécies constantes das listas oficiais nacionais de espécies ameaçadas, para conservação do patrimônio espeleológico e para o uso dos recursos naturais nas UC federais de Uso Sustentável.

Quadro 5.19-2: Síntese das Legislações Estaduais Aplicáveis ao Empreendimento

LEIS ESTADUAIS	
Lei Estadual nº 118, de 29 de junho de 1973	Autoriza a constituição de uma sociedade por ações, sob denominação de CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, e dá providências correlatas.
Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.

LEIS ESTADUAIS

Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000	Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.
Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei Estadual nº 9.361, de 5 de julho de 1996	Cria o Programa Estadual de Desestatização sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético e dá outras providências.
Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001	Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo.
Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002	Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.
Lei Estadual nº 11.160, de 18 de junho de 2002	Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP.
Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
Lei Estadual nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências
Lei Estadual nº 13.550, de 2 de junho de 2009	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado.
Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.
Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

PROJETO DE LEI ESTADUAL

Projeto de Lei 396 de 07 de junho de 2012	Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE.
---	---

DECRETOS ESTADUAIS

Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas
Decreto Estadual nº 20.955, de 01 de junho de 1983	Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas.

DECRETOS ESTADUAIS	
Decreto Estadual nº 24.932, de 24 de março de 1986	Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 46.708, de 22 de abril de 2002	Aprova o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte no Estado de São Paulo – ARTESP.
Decreto Estadual nº 46.842, de 19 de junho de 2002	Regulamenta a Lei n.º 11.160, de 18 de junho de 2002.
Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
Decreto Estadual nº 48.767, de 30 de junho de 2004	Altera o Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002.
Decreto Estadual nº 49.566, de 25 de abril de 2005	Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.
Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006	Cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 52.469, de 12 de dezembro de 2007	Altera a redação de dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, confere nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 50.753, de 28 de abril de 2006, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 53.310, de 8 de agosto de 2008	Aprova o Regulamento da Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP- 332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamentos da SP-083 - Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, na forma que especifica, correspondente ao Lote 07 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias.
Decreto Estadual nº 52.762, de 28 de fevereiro de 2008	Regulamenta a Lei nº 10.780, de 9 de março de 2001, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 53.494, de 02 de outubro de 2008	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas, as quase ameaçadas, as colapsadas, sobrexplotadas, ameaçadas de sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

DECRETOS ESTADUAIS	
Decreto Estadual nº 6.660, de 21 de novembro de 2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto Estadual nº 54.544, de 8 de julho de 2009	Regulamenta o inciso XIII do artigo 4º e o inciso VIII do artigo 31 da Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas
Decreto Estadual nº 55.087, de 27 de novembro de 2009	Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 56.031, de 20 de julho de 2010	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas, as Quase Ameaçadas, as Colapsadas, Sobrexplotadas, Ameaçadas de Sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 57.933, de 2 de abril de 2012	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 59.263, de 5 de junho de 2013	Regulamenta a Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS – SMA IBAMA/SP	
Resolução Conjunta SMA IBAMA/SP nº 1, de 17 de fevereiro de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica.
Resolução Conjunta IBAMA/SMA/SP nº 2, de 12 de maio de 1994	Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.
Resolução Conjunta IBAMA/SMA/SP nº 5, de 04 de novembro de 1996	Acrescenta dispositivos a Resolução Conjunta 2, de 12- 5-94, que regulamenta o artigo 4º do Decreto Federal 750, de 10-2-93 dispondo sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 01, de 02 de janeiro de 1990	Regulamenta a tramitação do EIA/RIMA, obra, atividade pública, atividade privada, Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
Resolução SMA nº 32, de 06 de dezembro de 2002	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento em Áreas De Proteção Ambiental - APA's.

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 34, de 27 de agosto de 2003	Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA.
Resolução SMA nº 48, de 21 de setembro de 2004	Lista Oficial das espécies da flora do estado de São Paulo ameaçadas de extinção.
Resolução SMA nº 54, de 30 de novembro de 2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA nº 26, de 23 de agosto de 2005	Define a forma com que são aceitas certidões das Prefeituras Municipais nos procedimentos de licenciamento ambiental.
Resolução SMA nº 37, de 30 de agosto de 2006	Dispõe sobre os requisitos dos laudos analíticos submetidos aos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.
Resolução SMA nº 58, de 29 de dezembro de 2006	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas
Resolução SMA nº 08, de 31 de janeiro de 2008	Fixa a orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas
Resolução SMA nº 13, de 22 de fevereiro de 2008	Dispõe sobre a concessão de autorização para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público.
Resolução SMA nº 58, de 13 de agosto de 2008	Dispõe sobre designação de Funcionários-Servidores para constituírem Comissão para realização de Concurso Público
Resolução SMA nº 85, de 11 de dezembro de 2008	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 12, de 09 de março de 2009	Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo e sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do SEAQUA e dá outras providências.
Resolução SMA nº 22, de 15 de abril de 2009	Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do SEAQUA e sobre a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes e dá outras providências
Resolução SMA nº 86, de 26 de novembro de 2009	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo.

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 22, de 30 de março de 2010	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental.
Resolução SMA nº 25, de 30 de março de 2010	Estabelece os critérios da gestão de faunasilvestre, no âmbito da Secretaria do MeioAmbiente, e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 32, de 11 de maio de 2010	Dispõe sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.
Resolução SMA nº 10, de 02 de fevereiro de 2012	Define os procedimentos para destinação dos valores referentes à compensação ambiental no Estado de São Paulo definidos nos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCAs firmados pela CETESB.
Resolução SMA nº 20, de 16 de abril de 2012	Dispõe sobre a aplicação de categorias de ameaça em relação a espécies da fauna ictiológica.
Resolução SMA nº 22, de 16 de abril de 2012	Institui a Comissão Científica e a Comissão Técnica para a atualização da “Lista das Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção do Estado de São Paulo”, e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 24, de 17 de abril de 2012	Dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA nº 58, de 12 de julho de 2012	Classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar.
Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013	Dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
Resolução SMA 84/13, de 12 setembro de 2013	Regulamente a Decisão de Diretoria nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013.
Resolução SMA nº 32, de 03 de abril de 2014	Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SERHS	
Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23 de Fevereiro de 2005	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas.

PORTARIA DEPRN	
Portaria DEPRN nº 42, de 23 de outubro de 2000	Estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DEPRN.

DECISÃO DE DIRETORIA DA CETESB	
Decisão de Diretoria nº 103/2007/C/E, de 22 de junho de 2007	Dispõe sobre o procedimento para gerenciamento de áreas contaminadas.
Decisão de Diretoria nº 100/2009/P, de 19 de maio de 2009	Dispõe sobre a aprovação do Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte.
Decisão de Diretoria nº 389/2010/P, de 21 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a aprovação da Regulamentação de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes localizados no Estado de São Paulo.

DELIBERAÇÃO CONSEMA	
Deliberação CONSEMA nº 33, de 17 de novembro de 2004	Revoga Deliberação 28/2004 e aprova "Minuta de Resolução sobre Procedimentos para o Licenciamento Ambiental na SMA".
Deliberação CONSEMA nº 01, de 14 de setembro de 2011	Dispõe acerca das normas para solicitação, convocação e realização de audiências públicas no âmbito do Estado.

Quadro 5.19-3: Síntese das Legislações Municipais Aplicáveis ao Empreendimento

LEIS MUNICIPAIS DE CAMPINAS	
Lei Municipal nº 9.199, de 27 de dezembro de 1996	Institui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo.
Lei Municipal nº 10.841, de 24 de maio de 2001	Criou o COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas e lhe atribui caráter deliberativo.
Lei Municipal nº 11.642, de 29 de agosto de 2003	Dispõe sobre ruídos e horário de funcionamento de máquinas e aparelhos em construção ou obra em geral e dá outras providências.
Lei Municipal nº 12.585, de 28 de junho de 2006	Dispõe sobre a Instituição de Metas e Índices de Desempenho Ambiental no Município de Campinas e dá outras Providências.
Lei Complementar Municipal nº 15 de 27 de dezembro de 2006	Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.
Lei Municipal nº 13.508, de 22 de dezembro de 2008	Autoriza o convênio entre a Prefeitura de Campinas com a CETESB e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, visando a execução dos procedimentos de licenciamento e fiscalização ambiental dos empreendimentos de impacto local.
Lei Municipal nº 14.011 de 12 de janeiro de 2011	Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora, controle de sonorização nociva ou perigosa em áreas públicas, particulares e estabelecimentos comerciais, disciplina a pirotecnia e dá outras providências.
Lei Complementar Municipal nº 49, de 20 de Dezembro de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, na forma que especifica.

DECRETOS MUNICIPAIS DE CAMPINAS

Decreto Municipal nº 17.261 de 08 de fevereiro de 2011

Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria municipal de meio ambiente de Campinas.

Decreto Municipal nº 18.306 de 25 de março de 2014

Regulamenta os procedimentos de licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de Impacto local pela secretaria municipal do verde, meio Ambiente e desenvolvimento sustentável de campinas de que trata a lei complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013.